

25 temas que podem cair na sua redação do Enem



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

Nervoso com o Enem chegando?

Então, segura esse frio na barriga e vem conferir um conteúdo especial que preparamos para você nessa reta final: os 25 temas de redação que têm super chances de cair no Enem 2017!

Nesse e-book você encontrará:

- _ Temas de redação que podem aparecer no Enem 2017
- _ Modelos de Redações exemplares sobre esses temas

A ideia é que você veja como o tema pode ser explorado na prova, como costumam ser os textos de apoio, como é que a proposta pode aparecer e como desenvolver uma redação nota 1000 sobre o que foi pedido.

Partiu treinar muito Redação? :D

Índice

01

O sistema prisional brasileiro e seus efeitos no século XXI

08

Dengue, Chikungunya, Zika – por que o Brasil não consegue acabar com o *Aedes Aegypti*?

02

A igualdade de gêneros em discussão no século XXI

09

As manifestações de violência dentro dos estádios de futebol

03

A importância da reivindicação pela saúde pública no Brasil

10

A questão do índio no Brasil contemporâneo

04

Os limites da liberdade de expressão no mundo contemporâneo

11

Alimentação irregular e obesidade no Brasil

05

A prática do bullying nas escolas do Brasil

12

O suicídio entre os jovens brasileiros – Como enfrentar esse problema?

06

Desastres ambientais – Qual o preço do desenvolvimento?

13

Os desafios da educação universitária no Brasil

07

A família contemporânea e a sua representação em questão no Brasil

14

A violência na escola em questão no Brasil

15 O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil

16 A questão das drogas como desafio mundial

17 A democratização do acesso à cultura em questão no Brasil

18 Os desafios no uso das novas tecnologias em salas de aula

19 O papel da polícia no Brasil do século XXI

20 O valor da educação nas transformações sociais do Brasil

21 Os riscos da crise de representatividade

22 Mobilidade urbana no século XXI: o ir e vir em questão na sociedade brasileira

23 A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil

24 Os efeitos do uso de substâncias estimulantes no século XXI

25 As redes sociais como meio de ativismo

O sistema prisional brasileiro e seus efeitos no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O sistema prisional brasileiro e seus efeitos no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Em 1989, a gravação de um vídeo sobre aids me levou à Casa de Detenção de São Paulo, o antigo Carandiru. Ao entrar no presídio, fui tomado por uma excitação infantil tão perturbadora que voltei duas semanas mais tarde para falar com o diretor. Nessa conversa acertamos que eu iniciaria um trabalho voluntário de atendimento médico e palestras educativas, tarefa que me permitiu penetrar fundo na vida do maior presídio da América Latina, experiência descrita no livro *Estação Carandiru*, adaptado para o cinema por Hector Babenco.

Fui médico voluntário na Detenção durante treze anos, até a implosão no final de 2002. No começo, encontrei muita dificuldade no relacionamento com os funcionários; não porque me tratassem mal, pelo contrário, eram gentis e atenciosos, mas desconfiados. (...)

A desconfiança tinha razões: alienígenas criam problemas nas cadeias, microambientes sociais regidos por um código de leis de tradição oral, complexo a ponto de prever todos os acontecimentos imagináveis sem necessidade de haver uma linha sequer por escrito. O novato é antes de tudo um ingênuo nesse universo em que a interpretação acurada dos fatos exige o olhar cauteloso de homens calejados.

Com o passar dos anos, fiz amigos entre eles, alguns dos quais se tornaram íntimos. Duas razões contribuíram para que me aceitassem como personagem do meio, ou “do Sistema”, como costumam referir-se aos funcionários do Sistema Penitenciário.

A primeira foi o exercício da medicina. Homens como eles ganham mal e

dependem da assistência dos hospitais públicos. Perdi a conta de quantas consultas, de quantos conselhos sobre a saúde de familiares me foram pedidos e do número de internações e tratamentos que tentei conseguir — muitas vezes em vão.

A segunda foi por iniciativas menos nobres. A natureza do trabalho dos guardas de presídio pouco os diferencia da condição do prisioneiro, exceto o fato de que saem em liberdade no

A segunda foi por iniciativas menos nobres. A natureza do trabalho dos guardas de presídio pouco os diferencia da condição do prisioneiro, exceto o fato de que saem em liberdade no fim do dia, ocasião em que o bar é lenitivo irresistível para as agruras do expediente diário. (...)

Demolida a Detenção, a convite do funcionário Guilherme Rodrigues passei a atender na Penitenciária do Estado, prédio construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo nos anos 1920, hoje tombado pelo Patrimônio Histórico. Escolhi a Penitenciária por ser acessível de metrô, por ter mais de 3 mil presos e por ser dirigida pelo dr. Maurício Guarnieri, com quem eu tinha trabalhado na Detenção. Situada na parte de trás do Complexo do Carandiru, na avenida Ataliba Leonel, a Penitenciária do Estado um dia foi orgulho dos paulistas. Nas décadas de 1920 a 1940 não havia visitante ilustre na cidade que não fosse levado para conhecer as dependências do presídio considerado modelo internacional, não só pelas linhas arquitetônicas, mas pela filosofia de “regeneração” dos sentenciados baseada no binômio silêncio e trabalho.

O prédio tem três pavilhões de quatro andares unidos por uma galeria central que os divide em duas alas Red. de celas: as pares e as ímpares, cada uma das quais termina numa oficina de trabalho; no fundo, um cinema grande, um campo de futebol e áreas para o cultivo de hortaliças.

Quando cheguei, o clima era de franca decadência: paredes infiltradas de umidade, ação elétrica exteriorizada repleta de gambiarras, grades enferrujadas, o velho cinema em ruínas, nem resquício das hortas, e o campo de futebol desativado para evitar resgates aéreos.

Projetadas para ocupação individual, as celas abrigavam dois homens cada uma, situação ainda assim incomparavelmente mais confortável que a dos xadrezes coletivos do Carandiru e dos Centros de Detenção Provisória.

Os funcionários mais antigos lamentavam a deterioração. Como disse Guilherme Rodrigues, ex-diretor-geral da Penitenciária, no início dos anos 2000:

— No passado, isso aqui era um brinco, tudo limpinho, organizado. Dava gosto trabalhar. Nós entrávamos para o trabalho diário em formação militar, o de trás marchava com a mão no ombro do companheiro da frente, como se estivéssemos no exército.

Texto 2

A desestruturação do sistema prisional traz à baila o descrédito da prevenção e da reabilitação do condenado. Nesse sentido, a sociedade brasileira encontra-se em momento de extrema perplexidade em face do paradoxo que é o atual sistema carcerário brasileiro, pois de um lado temos o acentuado avanço da violência, o clamor pelo recrudescimento de pena e, do outro lado, a superpopulação prisional e as nefastas mazelas carcerárias.

Vários fatores culminaram para que chegássemos a um precário sistema prisional. Entretanto, o abandono, a falta de investimento e o descaso do poder público ao longo dos anos vieram por agravar ainda mais o caos chamado sistema prisional brasileiro. Sendo assim, a prisão que outrora surgiu como um instrumento substitutivo da pena de morte, das torturas públicas e cruéis, atualmente não consegue efetivar o fim correcional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente degradante e pernicioso, acometido dos mais degenerados vícios, sendo impossível a ressocialização de qualquer ser humano.

Trecho disponível em: <http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/59/artigo213019-5.asp>

Texto 3

Pessoas feridas, celas superlotadas e uma alimentação precária. Essas são as principais lembranças que o padre Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária, tem das três visitas que fez ao Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Amazonas, 56 pessoas morreram em um conflito entre membros de duas facções criminosas nesse presídio durante um motim que durou cerca de 17 horas. Uma inspeção feita pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em outubro de 2016 classificou a unidade como “péssima”.

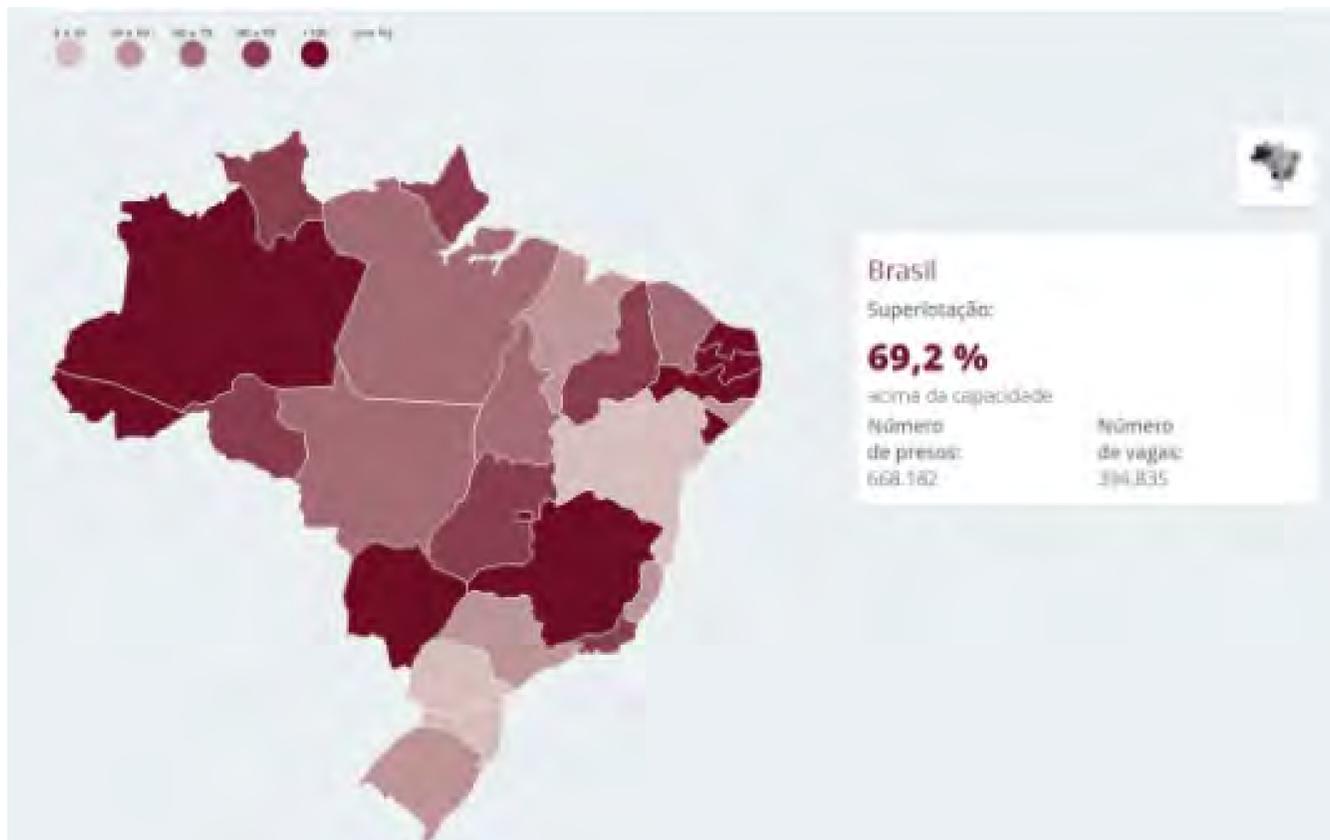
“Aquilo é uma fábrica de tortura, que produz violência e cria monstros. É um ambiente de tensão e barbárie constante”, afirmou o padre Valdir Silveira em entrevista à BBC Brasil.

De acordo com ele, durante as três visitas que fez ao local em 2015 encontrou pessoas com ferimentos e doentes. Mas, segundo o padre, os internos não fizeram nenhuma denúncia por medo de represálias e, desde então, só recebeu relatos de que a situação se agravou ainda mais na unidade.

Silveira afirma, porém, que encontrou situação semelhante em diversos presídios do país. “Você vê isso em todos os Estados. É uma bomba-relógio que pode explodir a qualquer momento no país inteiro. No presídio do Humaitá, também no Amazonas, a situação é ainda mais precária”, relata ele.

Trecho disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38492771>

Texto 4



Modelo de redação

Na obra “Memórias do Cárcere”, o autor Graciliano Ramos – preso durante o regime do Estado Novo – relata os maus tratos, as péssimas condições de higiene e a falta de humanidade vivenciadas na rotina carcerária. Hoje, ainda que não vivamos mais em um período opressor, o sistema prisional brasileiro continua sendo visto como um símbolo de tortura. Desse modo, rever a situação social a qual o penitenciário está submetido é indispensável para avaliar seus efeitos na contemporaneidade.

Primeiramente, a má infraestrutura na maioria das cadeias faz com que os presos firmem uma luta diária pela sobrevivência. Mesmo que estes vivam em um regime fechado, a superlotação e deterioração das celas e, até, a falta de água potável provam a falta de subsídio à integridade humana, visto que os indivíduos são postos à margem do descaso. Ademais, tal condição supre a visão Determinista do século XIX, que afirma que o homem é fruto de seu meio. Porém, se esse olhar não for combatido, ao final da pena, o indivíduo terá dificuldades para se reintegrar na sociedade e tende a viver do trabalho informal ou, em muitos casos, voltar ao crime.

Outro problema vigente é a negligência às condições higiênicas do público feminino. A jornalista Nana Queiroz, autora do livro “Presos que menstruam”, retratou a realidade de detentas que sofreram com o tratamento idêntico entre os gêneros, sendo excluídos os cuidados íntimos da mulher, vide a falta de absorventes, em algumas prisões, e ausência de acompanhamento ginecológico. Esses aspectos revelam a falta de políticas públicas que prezem pela saúde feminina e esconde, ainda, o tratamento destinado às gestantes, que não possuem um zelo diferenciado na gravidez e tampouco o auxílio médico na maioria dos sistemas carcerários.

Portanto, a maneira que os indivíduos são tratados no cárcere fere os direitos humanos e, por isso, mudanças fazem-se urgentes. O governo deve investir na extensão de cadeias para evitar a lotação e, como solução paliativa, usar caminhões pipa para suprir a carência de água potável. Além disso, atividades pedagógicas ou esportivas, intermediadas por ONGs, darão aos detentos a oportunidade de reinserção social. O acesso à saúde pública é um direito universal, logo, são imprescindíveis equipes médicas e a fiscalização desses cuidados, principalmente em relação à saúde da mulher. Assim, garantiríamos que as condições dos detentos não fossem enfrentadas de forma desumana.

02

A igualdade de gêneros em discussão no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A igualdade de gêneros em discussão no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Disponível em: https://afamiliaaumentou.files.wordpress.com/2013/12/f689a-igualdade_oportunidades_genero.jpg. Acesso em: 23 fev 2015 (adaptado).

Texto 2

Enquanto o sexo biológico é determinado por características genéticas e anatômicas, o gênero é uma identidade adquirida e refere-se à variedade de papéis e relacionamentos construídos pela sociedade para os dois sexos. Por isso, o gênero muda ao longo do tempo e varia grandemente dentro das diferentes culturas em todo o mundo.

A igualdade de gênero descreve o conceito de que todos os seres humanos, tanto mulheres como homens, são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem as limitações impostas por estereótipos. Igualdade de gênero não significa que as mulheres e homens têm de ser idênticos, mas que os seus direitos, responsabilidades e oportunidades não dependem do fato de terem nascido com o sexo feminino ou masculino.

Assim, a equidade entre gêneros significa que homens e mulheres são tratados de forma justa, de acordo com as respectivas necessidades. O tratamento deve considerar, valorizar e favorecer de maneira equivalente os direitos, benefícios, obrigações e oportunidades entre homens e mulheres. Princípios de Empoderamento das Mulheres – Igualdade significa negócios, publicação do Pacto Global da ONU e ONU Mulheres.

Disponível em: <http://premiowepsbrasil.org/igualdade-ou-equidade-de-genero/>. Acesso em: 23 fev 2015 (adaptado).

Texto 3

A diferença salarial entre mulheres e homens no Brasil é uma das maiores do mundo, e equiparar a condição dos dois sexos no país levará um século. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Desigualdade Global de Gênero 2016 do Fórum Econômico Mundial, publicado nesta quarta-feira em Genebra.

De acordo com o levantamento, as sociedades mais igualitárias são as escandinavas. Ao se considerar todos os aspectos econômicos, políticos, de saúde e de educação, o primeiro lugar é da Islândia, seguida por Finlândia, Noruega e Suécia.

Entre 144 países avaliados, o Brasil ocupa apenas a 129ª posição quando avaliado isoladamente o quesito de igualdade de salários entre gêneros. Países criticados por violações aos direitos das mulheres, como Irã, Iêmen e Arábia Saudita, estão em melhor posição que o Brasil.

Para equiparar as condições econômicas de homens e mulheres, serão necessários 95 anos, se o atual ritmo de progresso for mantido. Em termos gerais, incluindo política, educação e outros aspectos sociais, equiparar as condições entre gêneros no país levará 104 anos.

Segundo o Fórum Econômico Mundial, a taxa brasileira é melhor que a média mundial, de cerca de 170 anos. Mas, ainda assim, o ritmo de avanço é considerado “lento demais”.

O estudo mostra que a presença de Dilma Rousseff no cargo de presidente nos últimos anos fez o Brasil subir no ranking geral da entidade, passando da 85ª posição para a 79ª entre 2014 e 2015. Mas a classificação ainda é pior do que a de dez anos atrás, quando o país ocupava a 67ª posição. Hoje, o Brasil fica atrás dos dezessete outros países latino-americanos.

A disparidade econômica entre homens e mulheres é um dos fatores que mais impedem o avanço brasileiro no ranking. Nesse quesito, o país ocupa a modesta 91ª posição entre 144 países e é superado por Paraguai, China, Camboja e Chade.

O Brasil é ainda um dos seis países do mundo onde a diferença salarial entre homens e mulheres em cargos executivos é de mais de 50%. Além disso, a presença de brasileiras no mercado de trabalho é menor, de 62% – a dos homens é de 83%. Isso coloca o país na 87ª posição por esse critério. A renda média das brasileiras é de 11.600 dólares por ano. A dos homens, por sua vez, é de 20.000 dólares.

Na América Latina, os especialistas indicam que, se o ritmo for mantido, a “lacuna econômica de desigualdade de gênero” será fechada em apenas seis décadas.

Na política, a presença feminina também é pequena, mesmo que em 2015 a Presidência da República tenha sido ocupada por uma mulher. O Congresso ocupa o 120º lugar entre os países com melhor representação feminina. Antes mesmo de Michel Temer assumir o governo, o Brasil era apenas o 83º quando o assunto era ministérios ocupados por mulheres. Na educação, a diferença entre homens e mulheres voltou a crescer pela primeira vez em cinco anos.



Modelo de redação

Abolição da ditadura de gêneros

A desigualdade entre homens e mulheres é um dos maiores abismos que separam a sociedade contemporânea da igualdade. O estigma do sexo frágil, a desigualdade salarial, o ideal de dona de casa exemplar, muito difundido no século XX, e o machismo a que são submetidas são problemas cotidianos de muitas mulheres. Vale ressaltar que a comunidade LGBT também é marginalizada por causa dos estereótipos impostos para a manutenção da desigualdade.

A sociedade patriarcal sempre subestimou e subjugou as mulheres: um recorte histórico, seja diacrônico, seja sincrônico, leva-nos à mesma conclusão. O esforço feito para a construção da dicotomia homem versus mulher culminou em papéis sociais bem atribuídos e delimitados a cada um. Em pleno século XXI, é comum, mesmo depois de todos os avanços tecnológicos, do boom pós-guerra e do progresso das sociedades, que mulheres sejam tolhidas de direitos por conta do privilégio dos homens.

Entretanto, engana-se quem pensa que não há forte oposição a esse sistema. O movimento feminista ganha força dia a dia. A luta pela equidade de gêneros se consolida e ganha apoio não só de mulheres, mas de homens também. No último mês, ocorreu no EUA, a Women's March (traduzida como Marcha pelas Mulheres), que contou com a presença de famosas como Miley Cyrus, Madonna, Ariana Grande e mais 500 mil pessoas. A manifestação tinha como objetivos a reivindicação da igualdade de gêneros e o apelo ao novo ocupante da Casa Branca, que não é simpatizante da pauta: Donald Trump.

Não se pode esquecer que a questão de gêneros transcende a dicotomia homem X mulher: ela se associa à capacidade e à possibilidade de um ser construir sua identidade. Portanto, a comunidade LGBT está intimamente ligada a esta luta de equidade de gêneros para a obtenção de direitos civis. Pessoas trans foram contempladas, recentemente, com o direito do uso do nome social na hora da matrícula em algumas universidades e concursos públicos; e o Facebook reorganizou as definições de gêneros para os usuários, o que elucida algumas conquistas dessa incansável militância.

Portanto, se pensarmos como Simone de Beauvoir, os padrões de gêneros não são biológicos, mas sociais, logo, podem ser redefinidos. Os educadores e a família devem se informar para que possam conscientizar as crianças contra o sexismo. Cabe aos meios midiáticos a propagação de informação e conhecimento, que pode ser em conjunto a algumas ONGs que já realizam este trabalho em campanhas pela igualdade. O Estado deve dar incentivo, aliado aos meios de comunicação, aos empregadores para que se plasme a ideia de que homens e mulheres são iguais e, assim, se faça valer o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

A importância da reivindicação pela saúde pública no Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A importância da reivindicação pela saúde pública no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O sistema de saúde é dinâmico e criativo. Além de cuidar da saúde, “vende” esperança do viver. É complexo, com diferentes participantes que têm interesses e incentivos nem sempre alinhados; alguns destes são perversos e atendem a partes, e não ao todo, do sistema. E é dinâmico, influenciado pela constante geração de novos conhecimentos, alguns não plenamente validados cientificamente.

A avaliação crítica de evidências em saúde lida com incertezas e faz com que tenhamos que conviver com verdades transitórias. O sistema de saúde é criativo, com assimetria de informação, conhecimento e poder; decisões são rapidamente e licitamente tomadas, porém, utilizando-se de oportunidades não regulamentadas.

Temos a saúde como um direito do cidadão e um dever do Estado, com os seus princípios doutrinários e organizacionais expressos na Constituição. Os limites assistenciais não são bem definidos, mas temos certamente um limite nos recursos disponíveis. Neste cenário, a definição de objetivos claros e a priorização de ações são absolutamente críticas. Uma compreensão e um acordo coletivo sobre a interpretação dos princípios doutrinários são imprescindíveis. Propostas precisam ser apresentadas e debatidas. Urge discussões responsáveis que reconheçam a real condição da saúde e os dilemas existentes. Essas propostas deveriam ser minimamente embasadas por fundamentos que as justifiquem do ponto de vista sanitário e econômico.

O Estado deve regulamentar, regular, controlar e fiscalizar o sistema e suas partes. Essas funções são, por si só, desafiadoras num sistema complexo, dinâmico e criativo. A assistência à saúde não necessariamente precisa ser

prestada pelo poder público, e a eficiência operacional deveria ser priorizada.

A oferta de produtos e serviços estimula a demanda, e a venda de ilusões amparadas apenas na “esperança” pode ser muito danosa para a sociedade. A escassez de recursos exige uma avaliação do custo de oportunidade.

O respeito às considerações morais, éticas, filosóficas e religiosas precisa ser valorizado no âmbito individual, mas as decisões em um sistema de seguro-saúde devem ser embasadas racionalmente. Decisões sobre o uso dos preciosos recursos desse seguro coletivo devem ser norteadas por evidências técnico-científicas e preferências da população; devem idealmente respeitar o princípio da igualdade de direitos num sistema universal. A decisão individual afeta o coletivo, e a decisão coletiva impõe restrições aos indivíduos.

No processo de priorização é preciso discutir quais modelos são os mais adequados ao se considerar a história, a cultura, o momento, as doutrinas e a organização do sistema de saúde. Temos pelo menos quatro modelos (igualitário, comunitário, libertário e o utilitário) e não há um modelo certo ou errado, mas, sim, o que possa mais se alinhar com os princípios doutrinários da sociedade. Em nosso atual sistema de saúde, podemos observar a presença de elementos dos quatro modelos, o que pode significar que não temos nenhum seriamente a nos nortear.

Somente com uma judiciosa interpretação dos princípios doutrinários e organizacionais podemos avaliar e debater propostas para os próximos anos. O pensar e olhar fracionado do sistema de saúde, o não reconhecimento do limite econômico e a proposição de ações com foco no curto prazo contribuem para aumentar a entropia do sistema de saúde, sua ineficiência e iniquidade.

Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/08/1504723-marcos-bosi-ferrazpropostas-para-a-saude.shtml>

Texto 2

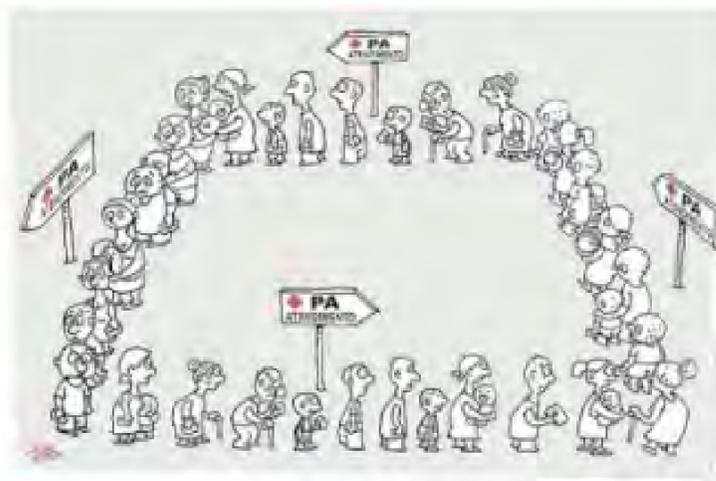
1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

[Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 25]

Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>

Texto 3 e 4



Modelo de redação

Em 2013, centenas de jovens foram às ruas lutar por seus direitos civis e cobrar das autoridades melhorias sociais, dentre elas, a saúde. Ainda que esses direitos sejam garantidos pela Constituição Federal, os casos de corrupção fizeram com que a população se mobilizasse – visando chamar a atenção dos governantes – em busca de meios que assegurem o bem-estar dos cidadãos. Neste sentido, nota-se que a saúde pública não é vista como prioridade e faz-se preciso combater esse descaso, como também, reconhecer a importância das reivindicações populares para alterar tal cenário na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a crise econômica afeta a saúde pública. No Brasil, a situação política atual passa por uma grave tensão financeira e, para conter gastos, os governantes cortaram os investimentos na distribuição de remédios, fazendo com que a população sofresse com esses reflexos. De acordo com informações do site G1, em 2016, o estado de Mato Grosso reduziu o fornecimento gratuito de medicamentos para o tratamento de doenças graves, como a fibrose cística, que afeta as glândulas responsáveis pela produção de secreções no organismo. Dessa forma, vários pacientes que não têm condições para arcar com os gastos dos remédios são prejudicados e o funcionamento de sua saúde é posto em risco.

Além disso, os atos de corrupção corroboram para que não haja mudanças nos hospitais. Infelizmente, são inúmeros os casos de desvios de verbas e a falta de transparência sobre as transações financeiras que, até então, deveriam ser destinadas aos investimentos na infraestrutura dos hospitais públicos, à compra de produtos médicos e hospitalares e, também, ao pagamento de funcionários. Em consequência disso, nota-se que a qualidade do atendimento é fragilizada, pois há casos em que vários pacientes deixam de serem socorridos devido à ausência de macas, máquinas de raio x e equipamentos médicos descartáveis, por exemplo.

Nessa perspectiva, portanto, vê-se a necessidade de reivindicar pela valorização da saúde pública no Brasil. Ainda que o país enfrente uma crise, os investimentos na saúde não podem ser cortados, visto que parte dos

cidadãos depende dessa assistência. Assim, as autoridades, como medida paliativa, devem diminuir gastos em outras áreas, continuar com a distribuição de remédios e investir na infraestrutura dos hospitais. Ademais, o governo deve ser mais severo em relação aos casos de corrupção e agir conforme a lei, punindo os envolvidos e, com a ajuda da mídia, divulgar tais ações para que as denúncias sejam transparentes e que, com o acompanhamento da população, essa situação não persista. Se essas medidas forem realizadas, não será mais preciso que ocorra outra manifestação que relembre os direitos, que já deveriam estar assegurados, da população.

04

Os limites da liberdade de expressão no mundo contemporâneo

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os limites da liberdade de expressão no mundo contemporâneo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Recentemente um amigo postou uma piada em seu mural do Facebook. Fiz um comentário no post dele, remetendo a uma situação da época em que trabalhamos juntos. Imediatamente um rapaz postou um comentário extremamente ríspido em resposta à minha brincadeira, sendo que ele sequer tinha como entender o significado da mesma, por desconhecer a situação que a gerou. Respondi em tom ameno, o que foi rebatido com novo comentário

que, dessa vez, foi ainda mais grosseiro. Respirei fundo e respondi que o espaço em específico do post era para brincadeiras e não para alfinetadas. Além disso, eu não o conhecia e, em se tratando disso, gostaria que as formalidades e respeito fossem mantidos. Nova resposta do sujeito, que dessa vez conseguiu se superar na falta completa de noção de fair play, limite, cordialidade e respeito a uma desconhecida (eu, no caso) e também ao seu próprio amigo (o amigo em comum).

Minha opção foi apagar meus comentários e enviar mensagem privada ao amigo que o sujeito e eu temos em comum, citando que considerei deselegante a atitude do rapaz e que em respeito a ele (meu amigo) eu não iria seguir a discussão, afinal, não se tratava do meu mural, do meu espaço. O amigo em questão respondeu que considerou minha atitude correta, e então falamos um pouco sobre essa onda de liberdade não dada que está assolando as redes.

Então, pergunto: que liberdade é essa que as pessoas tomaram ao atravessar conversas entre A e B, falar tudo o que pensam muitas vezes sem entender o que está sendo dito por outras pessoas, xingar, ser mal-educadas, agressivas, intolerantes? As redes sociais não deixam de ser extensões de nossos espaços reais, e eu me sinto invadida e incomodada com alguns comentários e atitudes que certas pessoas tomam, ainda mais pessoas que não conheço. Por certas vezes, qualquer um de nós pode ultrapassar algum limite sem perceber e, ok, fatos isolados podem ser perdoados. Mas a constância desse tipo de comportamento não é legal e pode indicar até mesmo algum tipo de transtorno psíquico.

Liberdade com os outros, assim como a própria, se conquista. Se não dei, não tome. Se sinalizei o limite, não insista. Espaço e respeito, virtual ou não, todo mundo quer o seu e precisa saber conviver com o dos outros. É a velha máxima do “seu espaço termina onde inicia o meu”, lembram?

Disponível em:
<http://sweetestpersonblog.com/2012/04/12/limite-e-respeito-nas-redes-sociais/>.
Acesso em 21 jan 2015 (adaptado).

Texto 2

O silêncio desapareceu na esquina da irracionalidade com a intolerância, no cruzamento do cinismo com a cara de pau. Deu lugar à hiperinflação das opiniões raivosas, dos julgamentos sumários, das explicações esdrúxulas. Aquela, acredite, é pior que a escalada frenética dos preços, velha conhecida dos brasileiros, sepultada há duas décadas. A cobiçada visibilidade nas redes sociais ou a mera incapacidade de emudecer detonaram o movimento. E a barulheira se espalhou. O habitual já não é a contrição, mas o falatório. Ao fim da semana de tristezas enfileiradas, #ficaadica: é preciso o silêncio. Diante do inexplicável, que venham o olhar solidário, o calar respeitoso.

Não é caso de um minuto, mas de horas, quem sabe, dias de silêncio. A vontade de opinar instantaneamente exterminou a discussão cordial, o debate embasado. E momentos dramáticos tornam-se campeonatos de grosseria,

ralis de vergonha alheia. No raiar de 2015, exemplos se sucedem. Quarta-feira passada, em Paris, homens armados de AK-47 adentraram a redação do semanário “Charlie Hebdo”, fuzilaram uma dúzia de pessoas, entre jornalistas e policiais; feriram outras 11. Uma França aturdida fez um minuto de silêncio no dia seguinte. A Internet não se calou um segundo.

Montado o ringue, a rede mundial pôs de um lado os radicais da liberdade; de outro, o esquadrão da relatividade. Foi um Fla-Flu de ofensas. A obsessão pelo confronto aniquilou o diálogo, fez desaparecer a busca pelo consenso. Caiu em desuso o ditado que ensina: “Melhor ouvir tal coisa do que ser surdo”. Nos dias de hoje, só interessa falar.

Na Babel das redes sociais, a gentileza foi soterrada. Bastou um escrever #JeSuisCharlie (#EuSouCharlie), slogan da corrente de luto pelos chargistas mortos, para outro devolver com um #Nãosouetenhoraivadequemé. No lugar de argumentações civilizadas, imperou o mesmo festival de agressões que, nas eleições de 2014, semeou o ódio e destruiu amizades.

Sim, é legítimo defender com paixão a liberdade de expressão, bem como se indignar com uma charge, uma frase, uma criação artística considerada de mau gosto ou ofensiva. Não é incomum o humor resvalar para interpretações racistas, homofóbicas, machistas ou de intolerância religiosa. Cabe de um tudo no pote de mágoas.

Há uma gama de reações ao alcance de quem se sentir desrespeitado. O leque inclui de campanhas de protesto a boicote comercial, de pressão sobre patrocinadores a medidas judiciais. Tampouco sobram razões para defender a livre expressão do pensamento. Mas nada justifica, em nenhum dos lados do debate, as ofensas pessoais, a brutalidade difamatória, a violência física ou, como na tragédia francesa, os homicídios em série. (...) Quando não há nada de bom a ser dito, o silêncio é sagrado.

Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/sociedade/sagrado-silencio-15019891>.
Acesso em 21 jan 2015 (adaptado).

Texto 3



Disponível em: https://afamiliaaumentou.files.wordpress.com/2013/12/f689a-igualdade_oportunidades_genero.jpg. Acesso em: 23 fev 2015 (adaptado).



Modelo de redação

Educar sem desarmar

A eleição presidencial de 1989 ficou marcada pelo fervoroso embate entre os candidatos Brizola e Maluf. As ofensas herdadas do período ditatorial permaneceram ao longo de todos os encontros e chegaram à boca do povo. 25 anos depois, nada foi diferente: os debates presidenciais mostraram o quanto as palavras podem definir posições, e, desta vez, não chegaram só à boca do povo, mas também aos dedos, às redes sociais. Diante da falta de respeito em qualquer assunto e local, é válido refletir: há mesmo limites na liberdade de expressão no mundo de hoje?

Em primeiro lugar, para entender esse problema, é necessário analisar suas causas. Resultado de uma sociedade que dá espaço para a manifestação dos anônimos, o que se pensa tem sido refletido na fala sem qualquer edição, ou seja, o “pensar duas vezes antes de falar” já não faz mais sentido. A Internet e as redes sociais têm alimentado o debate anônimo e, conseqüentemente, a manifestação de ideias sem enxergar o respeito ao próximo chegou aos debates. Um exemplo claro disso está nas próprias eleições presidenciais, quando amigos se desfizeram como resultado de opiniões divergentes. O problema, porém, não se resume só ao espaço virtual.

Não se atendo à Internet, a opinião sem medições chegou às ruas. A campanha dos adesivos, dos debates em universidades, das manifestações e os atentados a jornais considerados desrespeitosos – e, com eles, uma chuva de mais opiniões e posições ofensivas – provaram que o respeito ao próximo já não é mais limite para a liberdade de expressão. Com isso, o posicionamento de

grupos midiáticos se tornou mais firme – e reconhecível – e as divisões de ideias ficaram mais claras. Em um cenário de perda do respeito, é impossível não perceber que a liberdade de opinião, nos dias de hoje, se tornou uma arma.

Diante de uma sociedade que atira no outro sem pensar nos efeitos desse tiro, é importante planejar soluções que busquem não desarmar – o que seria censura, ferindo os direitos de expressão –, mas educar, de forma que cada palavra seja consciente e busque um debate produtivo. Em um primeiro plano, as instituições de ensino, em parceria com as ONGs, podem ajudar nisso, promovendo palestras, discussões e até projetos que envolvam a questão da consciência na manifestação de ideias. Além disso, a mídia e o poder público, juntos, podem trabalhar a temática e suas consequências em novelas, programas de TV e campanhas publicitárias. Assim, poderemos, finalmente, educar sem precisar desarmar e evitar que debates como os de 1989 e 2014 se repitam no Brasil e no mundo.

05

A prática do bullying nas escolas do Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A prática de bullying nas escolas do Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Bullying é uma palavra inglesa que significa intimidação. Infelizmente, ela está em moda devido aos inúmeros casos de perseguição e agressões que são encontrados nas escolas de todo o mundo e que estão levando muitos estudantes a viverem situações verdadeiramente aterradoras.

O Bullying se refere a todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais pessoas contra outro ou outros. Que pratica “bullying” o faz para impor seu poder sobre um indivíduo mais frágil por meio de constantes ameaças, insultos, agressões, humilhações e assim tê-lo sob seu completo domínio durante meses ou anos. A vítima sofre calada na maioria dos casos. O maltrato intimidatório o fará sentir dor, angústia, medo, a tal ponto que, em alguns casos, pode levá-lo a consequências devastadoras como o suicídio.

Disponível em: Guia Infantil

Texto 2

A lei que obriga escolas e clubes a adotarem medidas de prevenção e combate ao bullying entrou em vigor nesta semana. O texto, publicado no “Diário Oficial da União” em 9 de novembro havia sido aprovado pela Câmara em outubro e enviado para a sanção presidencial.

Pelo texto aprovado, bullying é definido como a prática de atos de violência física ou psíquica exercidos intencional e repetidamente por um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima.

O projeto determina que seja feita a capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução do problema, assim como a orientação de pais e familiares para identificar vítimas e agressores. Também estabelece que sejam realizadas campanhas educativas e fornecida assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores. Segundo o texto, a punição dos agressores deve ser evitada “tanto quanto possível” em prol de alternativas que promovam a mudança de comportamento hostil.

Disponível em: G1 Globo

Texto 3

Assim como na pesquisa de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte dos entrevistados relataram em 2015 terem praticado bullying mais do que sofreram com o problema, e isso não apenas na escola, mas em qualquer ambiente que frequentam. Meninas são menos provocadoras do que meninos: 15,6% das alunas disseram já ter praticado bullying, enquanto entre os meninos a proporção sobe para 24,2%. A prática é um pouco mais frequente nas escolas privadas (21,2% dos entrevistados

disseram fazer bullying) do que na rede pública (19,5%).

Sofreram bullying com frequência 7,4% (194,6 mil) dos alunos do 9º ano, principalmente por causa da aparência física. A incidência das provocações é um pouco maior nas escolas públicas (7,6%) , se comparada as particulares (6,5%).

Disponível em: Uol Educação

Texto 4



Disponível em: <http://www.semprefamilia.com.br/o-valor-da-propaganda/adolescente-extraterrestre-combate-bullying-em-escola/>



Modelo de redação

Abolição da ditadura de gêneros

A desigualdade entre homens e mulheres é um dos maiores abismos que separam a sociedade contemporânea da igualdade. O estigma do sexo frágil, a desigualdade salarial, o ideal de dona de casa exemplar, muito difundido no século XX, e o machismo a que são submetidas são problemas cotidianos de muitas mulheres. Vale ressaltar que a comunidade LGBT também é marginalizada por causa dos estereótipos impostos para a manutenção da desigualdade.

A sociedade patriarcal sempre subestimou e subjugou as mulheres: um recorte histórico, seja diacrônico, seja sincrônico, leva-nos à mesma conclusão. O esforço feito para a construção da dicotomia homem versus mulher culminou em papéis sociais bem atribuídos e delimitados a cada um. Em pleno século XXI, é comum, mesmo depois de todos os avanços tecnológicos, do boom pós-guerra e do progresso das sociedades, que mulheres sejam tolhidas de direitos por conta do privilégio dos homens.

Entretanto, engana-se quem pensa que não há forte oposição a esse sistema. O movimento feminista ganha força dia a dia. A luta pela equidade de gêneros

se consolida e ganha apoio não só de mulheres, mas de homens também. No último mês, ocorreu no EUA, a Women's March (traduzida como Marcha pelas Mulheres), que contou com a presença de famosas como Miley Cyrus, Madonna, Ariana Grande e mais 500 mil pessoas. A manifestação tinha como objetivos a reivindicação da igualdade de gêneros e o apelo ao novo ocupante da Casa Branca, que não é simpatizante da pauta: Donald Trump.

Não se pode esquecer que a questão de gêneros transcende a dicotomia homem X mulher: ela se associa à capacidade e à possibilidade de um ser construir sua identidade. Portanto, a comunidade LGBT está intimamente ligada a esta luta de equidade de gêneros para a obtenção de direitos civis. Pessoas trans foram contempladas, recentemente, com o direito do uso do nome social na hora da matrícula em algumas universidades e concursos públicos; e o Facebook reorganizou as definições de gêneros para os usuários, o que elucida algumas conquistas dessa incansável militância.

Portanto, se pensarmos como Simone de Beauvoir, os padrões de gêneros não são biológicos, mas sociais, logo, podem ser redefinidos. Os educadores e a família devem se informar para que possam conscientizar as crianças contra o sexismo. Cabe aos meios midiáticos a propagação de informação e conhecimento, que pode ser em conjunto a algumas ONGs que já realizam este trabalho em campanhas pela igualdade. O Estado deve dar incentivo, aliado aos meios de comunicação, aos empregadores para que se plasme a ideia de que homens e mulheres são iguais e, assim, se faça valer o artigo 5º da Constituição Federal Brasileira.

06

Desastres ambientais: Qual o preço do desenvolvimento?

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Desastres ambientais: qual o preço do desenvolvimento?**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Vários crimes contra a natureza são dolorosamente memoráveis. O primeiro a chamar atenção mundial foi a destruição atômica em Hiroshima e Nagasáki, no Japão, que matou pelo menos 150 mil japoneses e deixou o ambiente local radioativo por décadas. Outra tragédia nuclear, a explosão de um reator na usina de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, tirou a vida de 10 mil pessoas e afetou milhares de quilômetros de florestas. Outras tristes lembranças são os derramamentos de óleo no mar do Alasca, em 1989, e na costa espanhola, no ano passado. Ou o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, em 1984, considerado o pior acidente químico da história. Em nosso mosaico de desastres ecológicos, entraram fatos causados pelo homem que provocaram grande dano à natureza em um curto espaço de tempo.

“São catástrofes sérias por causa das perdas de vidas, mas são desastres pontuais. As verdadeiras tragédias ambientais ocorrem durante décadas e destroem ecossistemas locais”, afirma a naturalista Dejanira de Franceschi de Angelis, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP). Exemplos disso são o avanço do buraco na camada de ozônio ou do efeito estufa, que podem comprometer a vida no planeta. Ou ainda o desmatamento das florestas brasileiras. Nos 503 anos de colonização, a Mata Atlântica perdeu 93% de sua cobertura original. Em um tempo bem menor - cerca de 30 anos - sumiram 20% da área da Amazônia e 80% do cerrado. “Esse último ecossistema deve levar milhões de anos para se recompor”, diz o biólogo José Maria Cardoso da Silva, da ONG Conservation International.

Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-os-maiores-desastres-ecologicos-do-mundo>

Texto 2



Texto 3

Não é inesperado o que aconteceu em Mariana. Primeiro, pelos alertas dados pelo Ministério Público de Minas Gerais e por especialistas; segundo, porque a mineração é uma atividade altamente agressiva e de elevado risco ambiental. A Vale está fazendo furos e deixando rejeitos em Minas Gerais há 70 anos. Não pode, diante de um desastre dessa proporção, soltar uma nota lacônica como se não fosse sua obrigação agir imediatamente.

A atividade mineradora no mundo inteiro tem uma série de procedimentos já consolidados ao longo do tempo para prevenir e mitigar desastre. Neste caso, se vê, a cada novo passo da investigação, que as empresas foram displicentes na prevenção e não demonstraram ter um plano de ação preparado para o caso de desastre. Prevenção e mitigação de danos é o mínimo que se pode exigir de empresa que lida com atividade de alto risco.

Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/vale-de-lama.html>

Texto 4

“Foi um acidente” — dizem. Acidente é quando o freio falha e um carro bate contra outro. Acidente é quando alguém escorrega numa casca de banana e cai de costas. Grandes desastres ambientais, como os que ocorreram em Chernobyl, em Fukushima, em Bhopal ou em Minamata, não são acidentes. São o resultado quase inevitável de políticas públicas equivocadas ou de estratégias privadas gananciosas, ou de ambas as coisas.

Impressionou-me o depoimento de uma mulher do povo Krenak: “O rio já sabia que ia ser morto”, disse ela: “Quando a sujeira veio, ele foi subindo chorando, fazendo barulho. E minha mãe chorando junto”. Se o rio conhecia o seu destino, quem o matou também deveria conhecer — e com décadas de avanço.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/lamento-por-um-rio-18113116>



Modelo de redação

José de Alencar e outros autores do romance indianista nos fizeram conhecer e entender a relação do índio com a natureza: subsistência, exploração saudável e freada, cooperação. Esse modo de se utilizar da fauna e da flora, no entanto, não é o mais prevalecente no mundo, já que o homem, desde muito antes de essas histórias serem contadas, tem para si duas únicas palavras-chave: desenvolvimento e lucro. A fim de satisfazer essas necessidades inventadas, viemos explorando, desenfreada e irresponsavelmente, a natureza, sem pensar que – um dia – a humanidade pode ser engolida por essas ações, como recentes acontecimentos vêm sugerindo.

Primeiramente, é preciso compreender de que maneira ocorre a exploração de bens naturais. Viemos retirando do meio ambiente muito mais do que necessitamos, muito mais do que o imprescindível para a vida, isso porque

nosso modo de viver está intimamente associado ao que é supérfluo. Se necessitamos, por exemplo, de certa quantidade de madeira para a construção de utensílios básicos, encontramos uma maneira de inventar algo de que não precisamos verdadeiramente e acabamos extraíndo muito mais do que a quantidade inicial. Essa é, então, uma exploração totalmente irresponsável.

Nada disso, porém, seria tão prejudicial se tivéssemos consciência e o mínimo de preocupação com a prevenção de desastres. Falta-nos entender que a natureza não é totalmente autorrenovável e que, mesmo se fosse, ela não teria uma força de regeneração diretamente proporcional à nossa capacidade de degradação. Precisamos extrair menos, de forma consciente, para ajudar esse processo natural e agir ativamente para reparar os danos que fazemos. Além disso, é necessário que tenhamos discernimento e que sejamos consequentes ao nos utilizarmos do meio ambiente, para que verdadeiras tragédias, como o recente rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, não voltem a acontecer. Isso é possível com um planejamento de prevenção.

Fica evidente, portanto, que o jeito com que conduzimos as coisas até agora precisa ser mudado. Já que o caminho mais certo – o de mudar nosso modo de vida e, por consequência, de consumo – é, também, o mais árduo e demorado, deveríamos, pelo menos, nos preocupar com a extração consciente e com preparo contra desastres. Para isso, instituições internacionais, como a ONU, deveriam, juntamente a organizações como a União Europeia e os BRICS, pensar em políticas públicas de regulamentação sobre a utilização dos recursos naturais, além de desenvolver medidas punitivas aplicáveis a empresas ou Estados responsáveis por acidentes. A responsabilidade é a palavra-chave que, de fato, devemos seguir.

07

A família contemporânea e a sua representação em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A família contemporânea e sua representação em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Acompanhar e registrar as mudanças da família brasileira tem sido um grande desafio para o IBGE. O Censo de 2010 listou 19 laços de parentesco que se formaram, contra 11 em 2000. Os lares modernos somam 28,647 milhões, ou seja, 28.737 a mais que a formação clássica. O estudo concluiu que a família brasileira se multiplicou, deixando para trás o modelo convencional de casal com filhos. As combinações são as mais diversificadas possíveis e proporcionais ao desejo de encontrar a felicidade em uma relação a dois. A partir desse conceito, encontramos os casados que residem em casas separadas e as crianças que moram em duas casas diferentes; as famílias homoafetivas, que já representam 60 mil e são oficializadas do ponto de vista legal, e sendo a mulher representante de 53,8% dos lares nesse arranjo familiar; as mulheres que vivem sozinhas e representam cerca de 3,4 milhões em todo país; há ainda 3,5 milhões de homens na mesma situação; além das 10,197 milhões de famílias em que só há mãe ou pai; e tem ainda aquelas pessoas que dividem o mesmo teto, mas não têm nenhum laço familiar e se unem por uma conveniência financeira, apenas para dividir o aluguel, são os chamados “conviventes” e representam 400 mil lares.

Disponível em:

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2014/01/02/seculo-21-em-acao-novas-familias-constroem-uma-sociedade-alternativa/>. Acesso em 23 fev 2015 (trecho).

Texto 2



AMARAL, Tarsila do. A Família. 1925. Óleo sobre tela, 79 cm X 101,5 cm. Coleção Torquato Saboia Pessoa, SP.

Texto 3

O desenvolvimento de instituições modernas do Estado e do mercado abarca, em parte, as antigas funções da família, restringindo a esfera de atuação desta às dimensões da afetividade e da reprodução da vida, em seus aspectos biológico e culturais. Por essa razão, é importante refletir sobre como o Estado, por meio de seu papel regulador e de promotor de políticas públicas, deve assumir responsabilidades perante os indivíduos, as famílias e o bem-estar coletivo.

ITABORAÍ, N. R. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 23 fev 2015.

Texto 4

Lidar com as famílias, hoje, é lidar com a diversidade; famílias intactas, famílias em processo de separação, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, famílias constituídas de casais homossexuais, famílias constituídas de filhos adotivos, famílias constituídas por meio das novas técnicas de reprodução.

A família intacta, tal qual nos acostumamos a pensar como sendo o modelo de família, é, hoje em dia, uma das várias formas de se viver a família.

A multiplicidade “ser família”, hoje, cria um hiato na geração que aprendeu o “ser família” de acordo com determinadas características e sua concretização na prática. Talvez só a geração dos filhos saiba desenvolver a maneira de denominar tal realidade.

MOREIRA, B. F. O que há de novo nas novas famílias?

Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br>. Acesso em: 23 fev 2015.



Modelo de redação

Duas mães, dois pais, meio-irmão, enteados, filhos legítimos e adotivos. Esses são só alguns dos possíveis arranjos que configuram a família contemporânea. Os tempos de só “papai, mamãe, titia” parecem ter ficado na letra dos Titãs. Entretanto, ainda há muito que se discutir para que, de fato, essa nova configuração seja reconhecida e retrate a nova instituição familiar brasileira.

Apesar das visíveis mudanças, o conservadorismo ainda é latente na sociedade

civil. Por trás do famoso discurso “respeito, mas não acho normal”, perpetua-se o preconceito. Recentemente, a Câmara dos Deputados ressuscitou um polêmico projeto denominado “Estatuto da Família”, que legitima apenas a união entre homem e mulher. Uma enquete do portal da Câmara mostrou que 53% das pessoas concordam com essa definição. Embora muito já se tenha conquistado, para uma parcela representativa da população, o modelo tradicional é o que representa a família brasileira.

Essa visão engessada do modelo familiar colabora com o crescimento da intolerância. Crianças que têm famílias fora do “convencional” costumam sofrer com o preconceito. Frequentemente, são noticiados casos de agressões a filhos de casais gays. A história mais recente teve um final trágico: a morte de um menino de 14 anos, filho adotivo de um casal homoafetivo. Os adolescentes que o agrediram são o reflexo de uma sociedade que ainda não aceita o diferente e acha que preconceito é questão de opinião.

Além disso, devem-se considerar, também, as demais estruturas familiares. Antigamente, a mulher divorciada estava fadada à solidão, pois não era aceita socialmente. Hoje, há inúmeros casos de mulheres que são chefes de família, solteiras e mães independentes. Apesar de sofrerem menos com o preconceito, elas ainda encaram desafios diários. No âmbito jurídico, muitas conquistas já foram alcançadas, mas, culturalmente, ainda há um longo caminho a percorrer para que o patriarcalismo institucionalizado dê espaço à pluralidade da nova representação familiar.

Por tudo isso, fica claro que ainda há muito que avançar nas discussões sobre a representatividade da instituição familiar. A luta é pedagógica. Por isso, o debate precisa se estender aos mais variados ambientes sociais. A escola, enquanto instituição socializadora, é responsável por naturalizar essa nova face, promovendo o respeito e a integração. O governo, por sua vez, precisa criar meios eficazes de punição aos casos de intolerância. Enquanto essas novas configurações continuarem a ser ocultadas, nunca serão representadas. Porque família não é tudo igual, o que muda é muito mais que o endereço.

08

Dengue, Chikungunya e Zika: por que o Brasil não consegue acabar com o *Aedes Aegypti*?

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Dengue, Zika, Chikungunya: por que o Brasil não consegue acabar com o Aedes Aegypti?** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

De osvaldo.cruz.edu para dilma@gov

Senhora,

Estive ontem com o doutor Adib Jatene, e ele contou que a participação do banco BTG Pactual na rede de hospitais D'Or estaria sendo vendida por algo como R\$ 2 bilhões. Nesse caso, o negócio todo vale uns R\$ 20 bilhões. Puxamos pela memória e vimos que o Brasil deve ter uns quatro bilionários (em dólares) que fizeram fortuna no setor de saúde. Estranha estatística. No Brasil, os bilionários são donos de hospitais ou atuam na área da saúde. Nos Estados Unidos, os bilionários dão nome a hospitais que lembram suas atividades filantrópicas. O Langone e o Sloan Kettering Memorial, em Nova York, por exemplo.

Seria de supor que a saúde no Brasil estivesse muito bem, porque em 1892, quando me formei em Medicina, não havia dono de hospital rico. Nem quando o Jatene se diplomou, em 1953. As coisas aí vão de pior a péssimas. Se vos faltasse alguma desgraça, o Brasil tem uma nova epidemia, transmitida pelo meu velho conhecido, o mosquito *Aedes aegypti*.

Ele empestava o Rio de Janeiro no início do século XX, transmitindo a febre amarela. Tive mão forte do presidente e fumiguei a cidade. Não se empregavam apaniguados na saúde pública. O conselheiro Rodrigues Alves nomeou um médico sem consultar-me. Levei-lhe minha demissão, e ele desfez o ato.

A relação entre o mosquito, o vírus zika e complicações neurológicas foi sugerida em 2013. No sábado passado, o seu Ministério da Saúde anunciou que o zika matara uma criança no Ceará e reconheceu a suspeita de que tenha provocado 1.248 casos de microcefalia em bebês. Disparou-se um mecanismo neurastênico, como se a calamidade estivesse no vírus. Ela não está no zika, mas na saúde pública.

O seu diretor do Departamento de Vigilância de Doenças Transmissíveis disse o seguinte: “Não engravidem agora.” Bem que a senhora poderia avisar às brasileiras quando a gravidez deixará de ser arriscada. Levado ao pé da letra, meu colega extinguirá nossa população.

O zika provoca distúrbios neurológicos em adultos, homens, mulheres e mesmo em bebês. Alguns podem ser leves, outros, graves. Desde o ano passado, havia médicos trabalhando com a informação de que o vírus chegara

ao Brasil. Ele estava aí, e posso lhe dizer que no primeiro semestre um paciente nordestino foi diagnosticado, até mesmo em São Paulo, com diversas suspeitas, menos zika. Era.

Isso é produto do descaso de um sistema de saúde onde os mosquitos parecem fazer parte do mundo dos pobres. O Aedes continua transmitindo dengue. Neste ano, já pegou 1,5 milhão de brasileiros, e esse número virou uma simples estatística. É elementar que o zika atingiu também adultos, diagnosticados sabe-se lá com o quê.

Haverá quem pense que os clientes de hospitais de bilionários estarão livres do risco. É verdade que existem doenças de pobres, mas o Aedes não trabalha com reserva de mercado. O problema está onde sempre esteve: no mosquito e na ideia de que ele só pica pobre. Ele nos trará mais surpresas.

Termino com um pedido: Troque o nome de todas as ruas que levam o meu nome para “Rua do Mosquito”. Enquanto ele matar brasileiros, o venerável Instituto Oswaldo Cruz terá o nome da praga: “Instituto Aedes Aegypti”. Assim, em vez de exaltar uma glória que não temos, lembraremos de um problema que não resolvemos.

Saúda-a o patrício,
Oswaldo Cruz.
Elio Gaspari

Texto 2

Como podemos destacar o papel do poder público no combate ao mosquito, já que essa epidemia não é uma coisa nova? Onde está o erro?

O erro está no modelo de desenvolvimento econômico que o Brasil adotou a 500 anos. Não é um erro do gestor atual, mas deste processo de desenvolvimento econômico, que privilegia o crescimento urbano acelerado e desorganizado sem o devido suporte dos instrumentos necessários para atender a população, como, por exemplo, coleta regular de resíduos sólidos, fornecimento de água de modo regular para consumo doméstico e a própria distribuição geográfica de vários espaços.

No combate ao Aedes aegypti, a educação da população também é um fator a ser explorado?

Sim, mas não a educação de ensino regular. Veja só, se você andar pela rua, vai cansar de ver gente jogando latinha fora do lixo. Enquanto persistir isso, não tem solução. A gente tem que se conscientizar. O brasileiro tem isso de se apegar a ilusões, só que a realidade nos confronta. Sabe o jogo do Brasil com a seleção alemã, o 7 a 1? Então. Nós estamos brincando de controlar o Aedes aegypti nesses trinta anos que tem dengue no Brasil. Tem todo esse tempo e nós estamos perdendo de 7 a 1 na luta contra esse mosquito. Nós estamos

usando uma estratégia que não está dando certo. É claro que uma coisa ou outra, prefeito A ou prefeito B, uma greve na coleta do lixo, enfim, podem contribuir para a situação. Mas, para além disso temos que refletir o que está no cerne da questão, se é que queremos resolver o problema.

<http://www.politicadistrital.com.br/2015/12/14/estamos-brincando-de-combater-o-aedes-aegypti-diz-infectologista-da-fiocruz/>

Texto 3



Modelo de redação

Nos últimos meses, a nação brasileira tem vivido um estado de verdadeira calamidade pública. Transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, diversas doenças têm atormentado a população de nosso país, em especial as mulheres grávidas. De fato, muito mais do que apenas causar febre, cansaço ou mal estar, o mosquito está diretamente ligado ao enorme número de recém-nascidos com microcefalia. Tudo isso, para além das questões de ordem médica e biológica, tem levantado um importante problema social e político: a ineficiência do Brasil, depois de tantos anos, nessa luta.

Em entrevista coletiva no último mês, a presidente Dilma Rousseff confirmou a ideia do ministro da saúde e admitiu que “estamos perdendo a luta contra o mosquito”. Diante dessa situação de impotência, a justificativa mais imediata e tentadora é a de culpar o Estado. Seria natural apontar a incompetência

do Poder Público na gestão das unidades de saúde, a corrupção que desvia dinheiro da área, a falta de apoio a importantes pesquisas voltadas para o combate ao mosquito. Nesse sentido, argumentos não faltariam para dar base à afirmação do Governo Federal. A questão é: estaria realmente aí o nó do problema?

Na verdade, a questão da saúde não está na simples ineficiência do Estado, mas na ideia de que cabe ao Poder Público resolver tudo. De fato, criou-se a convicção de que os serviços deveriam ser garantidos a todos de forma gratuita e de qualidade. Idealmente, o setor privado se tornaria supérfluo pela completa eficiência do SUS. Na prática, uma vez que esse mundo utópico nunca se realiza, o que paira no ar é a certeza de que o governo deve absorver o máximo possível dos serviços e, portanto, de que cabe ao Estado fazer de tudo para que o mosquito não se alastre.

Essa centralização da saúde no poder público, porém, é inaceitável: ela sufoca a iniciativa da sociedade civil e a deixa refém de burocratas do Estado. Com efeito, embora seja crucial que o Estado realize políticas públicas de saúde, tais ações sempre terão um caráter subsidiário, complementar. O poder político só deve pôr as mãos naquilo que a sociedade civil não dá conta por si só.

É evidente, portanto, que a maneira eficaz de combater o mosquito não está em exigir que o Estado concentre todos os esforços, mas sim garantir meios para que os cidadãos assumam o protagonismo nesta luta. Isso pode ser conseguido ensinando técnicas de combate ao mosquito em cada casa, criando programas de subsídio para que os planos de saúde forneçam serviços a populações carentes, estabelecendo parcerias público-privadas, e premiando com quantia significativa os pesquisadores que obtiverem comprovado sucesso no estudo do *Aedes Aegypti*. A curto prazo, a ação direta do Estado é essencial, mas, no médio e longo prazo, só o protagonismo da sociedade civil pode render frutos.

09

As manifestações de violência dentro dos estádios de futebol

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **As manifestações de violência dentro dos estádios brasileiros de futebol**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Texto 2

O lateral baiano Daniel Alves, do Barcelona, participou de duas jogadas que garantiram a vitória do time contra o Villarreal neste domingo, pelo Campeonato Espanhol. Porém, o bom desempenho foi acompanhado de ofensas por parte da torcida adversária, que jogou bananas em direção ao jogador. Alves, em vez de mostrar descontentamento, respondeu ao insulto de maneira inusitada: ao se preparar para cobrar um escanteio, o jogador se abaixou, pegou uma das bananas e comeu. Em seguida, fez a cobrança e continuou jogando como se nada tivesse acontecido. Neste domingo, o Barcelona ganhou de 3 a 2 sobre o Villarreal.

Após o jogo, Daniel Alves comentou a recorrente provocação racista: “Estou na Espanha há 11 anos e há 11 anos é dessa maneira. Temos de rir dessa gente atrasada”. No fim de março, torcedores do clube catalão Espanyol emitiram sons imitando macacos e jogaram uma casca de banana no campo, como forma de desestabilizar os jogadores brasileiros Neymar e Daniel Alves. A investida desleal também não surtiu efeito: a partida foi vencida pelo Barça no

estádio do time adversário.”

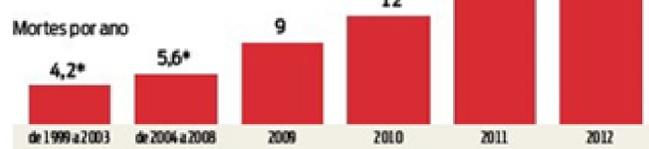
Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/alvo-de-racismo-na-espanha-daniel-alves-come-banana-jogada-por-torcedor/>

Texto 3

OS NÚMEROS

A violência entre torcedores no Brasil é praticada por uma minoria, algo entre 5% e 7% do total de membros das torcidas organizadas. Ainda assim, as rixas nascidas nas arquibancadas tornam o Brasil o campeão em mortes ligadas ao futebol.

106 mortes de torcedores foram registradas nos últimos 14 anos no Brasil, (média de 7,5 mortes/ano). Nos anos de 2011 e 2012 foram 43 óbitos, número maior do que o período entre 1999 e 2008, que somaram 42.



78,8% das mortes são de torcedores sem ligação com grupos organizados.

Perfil do torcedor violento

BRASIL	
Média idade	15 e 24 anos
Empregabilidade	71% está desempregado ou na informalidade
Escolaridade	cursaram entre a 5ª série do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio
Gênero	85% a 90% homens
Relações com o crime	Cambistas, consumo de drogas, tráfico de armas e drogas.
Características	Usam as redes sociais para marcar confrontos. Treinam lutas marciais e táticas militares.

A média de idade é parecida com a de outros países com altos índices de violência no futebol, como Itália, Inglaterra e Argentina.

Nos países europeus, cerca de 40% dos torcedores violentos estão na mesma situação.

A Dinamarca é um dos poucos países com grande participação das mulheres na violência: 45%.

Tais situações se repetem em outros países com alto índice de violência. Na Europa, a prevenção é mais efetiva.

CUSTO DA VIOLÊNCIA

A cidade também sofre com o vandalismo em estações-tubo e terminais de ônibus, pagos com recursos da prefeitura e, por conseguinte, toda a população. Os gastos com a reforma dos ônibus têm efeito imediato no bolso do cidadão: entram na conta que define o valor da tarifa de ônibus.

ano	número de jogos*	jogos com depredação	proporção de ônibus depredados em dia de jogo	total	custo total	custo estimado para reforma de cada ônibus**
2010	106	18	10%	1068	R\$ 216,9 mil	R\$ 203
2011	155	64	21%	731	R\$ 145,8 mil	R\$ 199
2012	78	38	10%	795	R\$ 182,1 mil	R\$ 229
2013 (parcial)	60	20	33,33%	308	R\$ 80,9 mil	R\$ 263

*O número de jogos é em quais houve algum ônibus avariado por vandalismo, não o número total de jogos do ano. ** Como cada ônibus sofre diferentes graus de depredação, não é possível estimar o valor exato gasto com os que sofreram vandalismo em dias de jogos.

Fonte: URBS, IPEA, Livro Para entender a violência no Futebol, de Maurício Murad e Violência no Futebol, de André Luís Nery. Infografia: Gazeta do Povo.

Texto 4

A exemplo do tráfico de drogas e dos assassinatos, a rivalidade entre torcidas organizadas tem provocado um resultado nefasto em todo o Brasil. A intolerância entre os membros dessas facções, aliada a outros delitos como tráfico de drogas e roubos, têm resultado em uma onda de violência nos últimos anos que parece não ter fim. Levantamento feito pelo Diário do Nordeste, na semana passada, mostra que, em cinco anos, cerca de 20 pessoas, a maioria jovens e adolescentes, foram mortos em Fortaleza em decorrência deste motivo.

“Na verdade, não são torcedores, são marginais infiltrados dentro dessas torcidas organizadas, onde, já ficou constatado, há muitas pessoas envolvidas em tráfico de drogas, assaltos, roubo de carros e outros delitos”, explica o delegado Jairo Façanha Pequeno, diretor do Departamento de Polícia Especializada (DPE). Segundo ele, o caso ocorrido no domingo, dia 14, ainda está sob investigação, e, pelo menos, duas pessoas apontadas como suspeitas do caso já foram detidas, uma delas, minutos depois do crime que teve como vítimas Glauber de Sousa Damasceno, 30; e Felipe Mesquita de Matos. “Eles (as vítimas) foram mortos com tiros na cabeça, é possível que os motivos desses crimes sejam outros já que há características de uma execução sumária, pois foram tiros na cabeça”.

Conforme o levantamento feito pela Reportagem, os assassinatos entre torcedores rivais vêm se arrastando ao longo dos anos. Em 13 de agosto de 2008, o adolescente Jéfferson Cabral da Silva, 17 anos, foi morto dentro de um ônibus que, transportava de volta para o Rio Grande do Norte torcedores do América de Natal, cujo time tinha havia jogado, em Fortaleza, contra o Ceará Sporting. O crime ocorreu quando o coletivo, que trafegava pela CE-040, em Aquiraz, foi interceptado por um carro onde estavam os atiradores. Somente em 2008, foram seis pessoas mortas na Grande Fortaleza em decorrência da rivalidade de torcidas. Em 2012, mais 12 mortos, conforme registros da Polícia e da Imprensa.

Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/intolerancia-e-rivalidade-entre-as-torcidas-deixam-rastro-de-violencia-1.276403>



Modelo de redação

Desde a Idade Média, os atos de violência eram vinculados às manifestações de imposição e poder. Diante deste cenário, os jogos entre os gladiadores que lutavam no Coliseu, em Roma, sucediam ao público a afeição à brutalidade e a justificativa baseada nos valores culturais. No entanto, após séculos de avanço e proteção aos direitos humanos, alguns indivíduos ainda refletem esses traços na competição esportiva, como fazem muitos torcedores brasileiros nos estádios de futebol.

Em primeiro lugar, a mídia impulsiona a valorização do sentimentalismo aos times e, pode até mesmo ajudar a converter a paixão pelo futebol em um verdadeiro estilo de vida. Neste sentido, os torcedores adotam erroneamente a metáfora conceitual “Futebol é guerra” e encaram as partidas como um combate. Assim, cria-se um nacionalismo imperativo, ou seja, vê-se o time e a

torcida adversária como inimigos em potenciais, vide as torcidas organizadas. Essas usam a agressão para representar um tipo de defesa e supremacia de um time sobre o outro.

Ademais, a impunidade dessas ações hostis favorece o contínuo desrespeito àqueles que vão apenas para apreciar as partidas e, até mesmo, inverte a visão do esporte como método de inclusão social, defendida pelos próprios clubes. Exemplo disso é que o Brasil lidera o ranking entre os países que contém mais mortes em estádios de futebol, o que comprova que a segurança nesses lugares é ineficaz, visto que, muitas vezes, os agressores não são identificados ou recebem leves advertências, enquanto que para as vítimas que sofrem de violência física ou moral, os danos podem ser irreversíveis.

É imprescindível, portanto, a mudança na conduta daqueles que usam a ferocidade para se imporem diante de outros times. Para isso, o Brasil poderia se basear em países com referência em segurança nos estádios, como a Inglaterra; que sofreu ataques segregacionistas e repressivos de grupos chamados “Hooligans” e, para combatê-los, fez o cadastramento de torcedores, o uso de reforço policial e expulsão temporária aos que desviarem da pacificidade entre os jogos. A mídia e os clubes podem promover campanhas de conscientização ao público, a fim de que o reflexo arcaico da Idade Média se converta em um coletivismo ético e que auxilie a integração social do esporte.

10

A questão do índio no Brasil contemporâneo

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A questão indígena em análise no Brasil atual**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O Brasil, país racista e preconceituoso, sempre demonstrou profundo desprezo pelos povos indígenas. O governo da presidente Dilma Rousseff, pressionado por interesses os mais diversos, foi responsável pelo pior índice de demarcação de terras de todo o período democrático: em cinco anos, ela homologou um total de 3,3 milhões de hectares - o governo Itamar Franco, em apenas dois anos, homologou 5,4 milhões de hectares. O recorde de demarcações pertence ao governo Fernando Henrique Cardoso, que, em dois mandatos, homologou um total de 42 milhões de hectares. O descaso com a questão indígena é a principal causa da violência no campo. De forma ilegal, alicerçados na força das armas e da corrupção, os fazendeiros avançam pelas florestas, derrubando-as para transformá-las em lavoura e pasto. O Brasil aparece como o campeão absoluto de desmatamento no mundo, com perda média de 984 mil hectares de florestas por ano, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O resultado desse conflito histórico pode ser medido em números: calcula-se que quando os primeiros homens brancos aqui aportaram havia cerca de 5 milhões de índios. Hoje, mais de 500 anos depois, eles não passam de 850 mil, segundo dados do IBGE. Caçados como animais, mortos em guerras bacteriológicas, expulsos para longe de seus domínios, confinados em pequenas reservas, os indígenas foram vítimas de um verdadeiro genocídio, que extinguiu etnias, línguas, culturas. E, o mais inacreditável, em pleno século XXI continuam sendo perseguidos e tendo seus direitos básicos desrespeitados, por conta da omissão do Estado, que no Brasil, antes de ser expressão de aspirações coletivas, é fortaleza de interesses privados.

De acordo com relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 2014 foram assassinados 138 índios, a maioria decorrente de conflitos com invasores de seus territórios. A omissão do Poder Público foi também responsável pelo falecimento de 21 índios adultos por falta de acesso ao sistema de saúde – uma doença comum como a gripe, por exemplo, é responsável por 15,3% das mortes entre índios adultos. A mortalidade infantil entre a população indígena atinge índices inaceitáveis: 41,9 crianças mortas por mil nascidas vivas, quando a média nacional é a metade, 22 crianças mortas por mil nascidas vivas. Além disso, números da DataSUS mostram que a principal causa de óbito entre crianças indígenas de até 9 anos de idade é a desnutrição – esse grupo representa, sozinho, 55% do total das mortes por desnutrição no Brasil.

Menosprezados, desassistidos, abandonados, o índice de suicídio entre os indígenas alcança proporções alarmantes. Dados recolhidos no Mapa da Violência do Ministério da Saúde expõem que enquanto a média do Brasil é de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes, a incidência entre os indígenas atinge uma média de nove suicídios para cada 100 mil habitantes, podendo chegar, em alguns municípios da região Norte, a 30 suicídios por 100 mil habitantes. Um estudo da ONU afirma que o suicídio entre jovens indígenas ocorre em um contexto de discriminação, marginalização, colonização traumática e perda das formas tradicionais de vida, que forjam um sentimento de isolamento social.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/13/actualidad/1468422915_764996.html

Texto 2

Responsável pela demarcação do que ainda resta de terras indígenas no país, a Funai (Fundação Nacional do Índio) vem sofrendo seguidos cortes orçamentários desde 2011, além de atuar com somente 36% da sua capacidade total de servidores.

De acordo com dados da própria Funai, aproximadamente 30% das terras indígenas ainda não foram demarcadas no país, o que representa 204 terras pendentes e 700 já homologadas.

Em 2016, por exemplo, o orçamento geral autorizado, de R\$ 653 milhões, teve redução de 23% em relação a 2015, o que equivale a R\$ 150 milhões a menos em caixa – o maior corte anual desde 2006. “A gente que é do movimento indígena sabe que o governo não vem dando condições para que a Funai faça o seu trabalho direito”, diz Suluene Guajajara, do povo guajajara, da terra indígena Arariboia, no Maranhão.

Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1782194-funai-perde-23-do-orcamento-e-opera-so-com-36-dos-servidores.shtml>

Texto 3



Texto 4



Modelo de redação

Na tão lembrada Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão mais famoso da nossa história contava sobre a presença de um povo que, sob os olhares europeus de soberania, precisava ser civilizado: os índios. Estamos enganados, porém, se pensamos que não herdamos esse olhar, e que convivemos com esse povo de maneira diferente. Nossos colonizadores fizeram o trabalho sujo do genocídio, mas nós contribuimos para que a situação não pudesse ser revertida. Os povos indígenas, então, uma vez despidos de voz e terra, continuam, dia após dia, sendo dizimados. É preciso fazer o caminho inverso ao que trilhamos um dia e repensarmos a nossa posição de soberania.

Em primeiro lugar, é necessário encarar o fato de que nós, os brasileiros do século XXI, ainda pensamos como os portugueses do século XVI quando subjulgamos a cultura indígena, considerando-os selvagens e colocando em segundo plano a sua participação na sociedade. Desse modo, nos colocamos como centro, e a eles como bárbaros, mais de 300 anos após a colonização. Prova disso é o fato de classificarmos, popularmente, nossa língua como oficial, enquanto as deles são dialetos, assim como a nossa cultura é classificada rica e civilizada, enquanto a deles é considerada folclore por muitos de nós.

A questão cultural não é, contudo, o único problema. Além de tudo, os índios

brasileiros ainda têm de lutar pela terra. Isso porque a bancada ruralista do nosso país vem tomando terras indígenas para alocar sua atividade comercial – a agricultura e a pecuária. Essa situação vem dizimando muitas tribos e impedindo o avanço de qualquer tentativa do governo brasileiro ou de ONGs que atuem na causa indígena, de assegurar o direito de existência desses povos. Há alguns anos escutamos falar da tribo Guarani-Kaiowá, que é um dos inúmeros exemplos de tribos indígenas que perderam grande parte das terras e que ainda realizam trabalho escravo nos grandes latifúndios dos ruralistas Brasileiros como tentativa de sobrevivência.

Essa é, portanto, uma situação que não podemos mais sustentar. Encarar os índios como intrusos, negando-os terra, voz e identidade, não pode mais ser uma prática da nossa sociedade. É preciso que nós lutemos e agreguemos à luta dos povos indígenas pela sobrevivência. Para tanto, é necessário que, primeiramente, o governo impeça a agricultura e a pecuária de avançar para essas terras, garantindo a vida e o sustento desses povos. Uma vez tendo esses direitos básicos garantidos, fica mais fácil conservar e difundir sua cultura através dos trabalhos das ONGs brasileiras. Assim, sanaremos a dívida dos nossos colonizadores, devolveremos a casa aos inquilinos, e garantiremos que todo dia voltará a ser dia do índio.

11

Alimentação irregular e obesidade no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema Alimentação irregular e obesidade no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Esta é para deixar pais e especialistas de cabelo em pé: a obesidade infantil aumentou cinco vezes nos últimos 20 anos e hoje atinge cerca de 15% dos baixinhos brasileiros, ou cerca de 5 milhões de crianças. Quem garante é a Sociedade de Pediatria de São Paulo. Dados do gênero explicam por que todos apontam o dedo para a dobradinha hambúrguer e batata-frita, ícones da chamada ‘comida trash’, que a garotada devora num piscar de olhos.

A boa notícia é que uma luz de esperança começa a brilhar nesse cenário tão sombrio. Em resposta à acusação, o cardápio dessas fábricas de delícias gordurosas está abrindo espaço para itens praticamente impensáveis há alguns anos, como saladas, sucos, grelhados, queijinhos e até frutas. O movimento é mais forte nos Estados Unidos, mas felizmente a tendência já está desembarcando por aqui, mesmo que timidamente. “Devido aos altos índices de obesidade e de doenças crônicas, essa providência, mais do que desejável, é necessária” opina a nutricionista ituveravense Viviane de Souza Ribeiro Sandoval, responsável pela merenda escolar do município de Buritizal e que atende na clínica Longevitá. Segundo ela, a alimentação um pouco mais saudável nos fast food é apenas um começo, mas, segundo a especialista, ainda não é o suficiente. “Precisamos de campanhas de educação alimentar para pais e filhos”, disse Viviane.

Disponível em: <http://www.tribunadeituverava.com.br/>

Texto 2

Paola Flores, que pede frango frito em um restaurante de comida rápida na capital da Colômbia, é um dos milhões de latino-americanos que lutam com a obesidade, uma epidemia que castiga a região mais duramente do que outras áreas em desenvolvimento no mundo. Mais de 56% dos adultos latino-americanos estão acima do peso ou obesos, em comparação com uma média mundial de 34%, de acordo com um relatório do Instituto de Desenvolvimento do Exterior, divulgado no ano passado.

O problema crescente costuma afetar principalmente os mais pobres na sociedade, e traz o risco de sobrecarregar os sistemas de saúde pública da América Latina e reduzir os ganhos econômicos no longo prazo, dizem os especialistas.

Desde 1991, o número de pessoas que passam fome na América Latina caiu quase pela metade, de 68,5 milhões para 37 milhões em dezembro. Embora a região seja a única que está no caminho certo para atingir as metas da ONU sobre a redução da fome até 2015, muito menos atenção tem sido dada ao combate à obesidade.

Na década passada, as economias de rápido crescimento impulsionadas pela

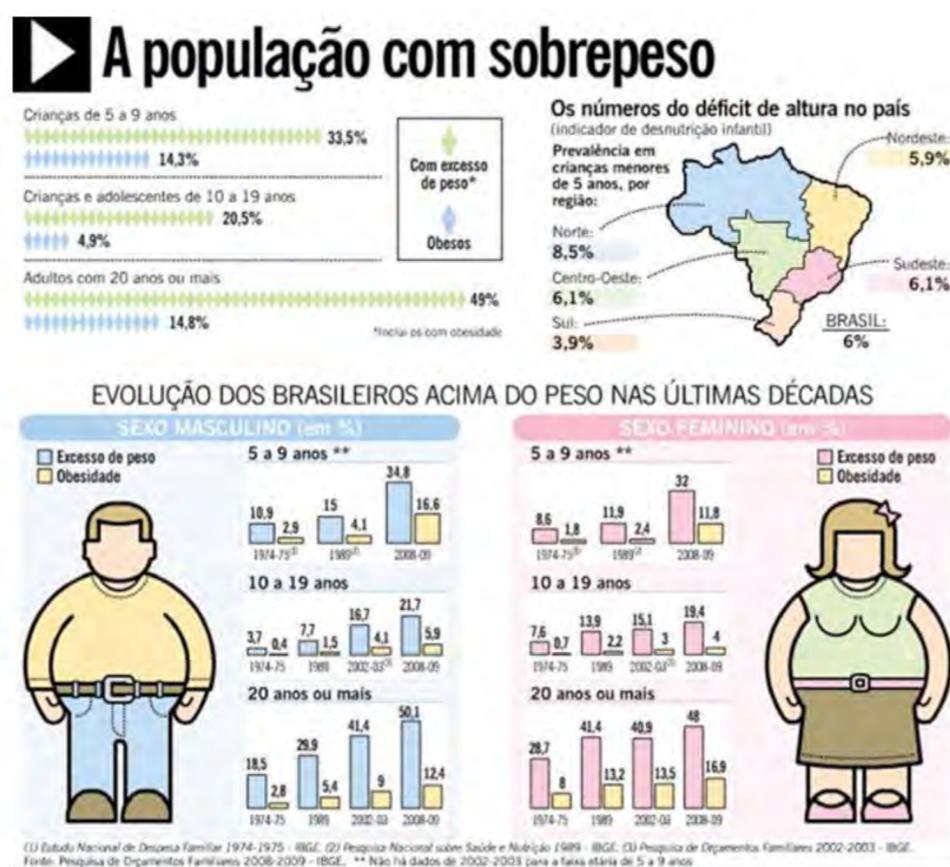
expansão no consumo de matérias-primas, incluindo o México, Colômbia e Brasil, têm visto uma classe média em ascensão com um gosto por alimentos processados que são mais ricos em sal, açúcar e gordura. Benefícios em forma de transferências monetárias, adotados por alguns dos governos de esquerda da região, particularmente o Brasil, fazem com que as pessoas tenham mais dinheiro para gastar com comida. Os governos e os programas de nutrição agora precisam se concentrar em garantir que as pessoas comprem mais alimentos ricos em fibras e proteínas, tais como frutas e legumes, disseram autoridades da ONU.

A obesidade é a doença crônica que mais cresce, matando 2,8 milhões de adultos a cada ano. Condições relacionadas com a obesidade, incluindo diabetes e doenças do coração, agora causam mais mortes do que a fome, de acordo com o Fórum Econômico Mundial.

“A rápida elevação dos índices de obesidade na América Latina e no mundo traz enormes desafios sociais e coloca um grande fardo sobre os indivíduos afetados, bem como a economia e os sistemas de saúde pública no mundo”, disse Florencia Vasta, especialista na Aliança Mundial para Melhor Nutrição. Costa Rica, Uruguai e Colômbia introduziram medidas para promover a alimentação saudável nas escolas, enquanto o Equador adotou controles na rotulagem de alimentos.

Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2015/02/america-latina-enfrenta-epidemia-de-obesidade-apos-luta-contra-fome.html>

Texto 3





Modelo de redação

Solidificação urgente

“Eu acredito que podemos mudar o mundo através da alimentação”. A frase é de Bela Gil, chef e nutricionista, fundamentando a escolha de sua dieta em meio a tanto desequilíbrio nutricional. De fato, a sociedade atual, acelerada e sintética, está recheada de problemas relacionados à má alimentação e, principalmente, ao peso excessivo. Nesse sentido, em um contexto em que o tempo engole o homem, a preferência por uma alimentação irregular parece até aceitável, mas não inteligente, uma vez que a obesidade, neste cenário, surge como um dos menores efeitos.

Em primeiro lugar, é importante analisar o sucesso de uma refeição nada benéfica. Vítima da aceleração do mundo moderno, a alimentação tem se resumido a produtos industrializados e aos famosos fast-foods, não tão saudáveis e pouquíssimo nutritivos. Adaptando a ideia de modernidade líquida de Zygmunt Bauman, parece que, hoje, o prazer imediato e o pouco cuidado com o futuro têm sido prioridade na vida do indivíduo brasileiro, que, em todo o tempo, prefere o mais rápido – e, de certa forma, mais saboroso – e deixa de lado o que pode, de fato, alimentá-lo. Diante deste fator, surgem diversas consequências que evidenciam ainda mais as características do mundo atual.

Dentre esses efeitos, o que parece se destacar mais é a obesidade. Sabe-se, porém, que esse excesso é apenas o início de uma variedade de problemas que, em conjunto, podem prejudicar ainda mais o indivíduo. De acordo com o Ministério da Saúde, o número de pessoas acima do peso no Brasil já é maior do que a metade da população, atingindo 52% em 2015. O mais preocupante, entretanto, são os frutos desse problema: além de desequilíbrios psicológicos, como a bulimia, o sobrepeso abre caminho para a hipertensão, a diabetes e muitas outras consequências físicas que podem trazer resultados trágicos. Percebe-se, então, certa urgência na adoção de medidas que trabalhem esses problemas e seus efeitos.

Torna-se evidente, portanto, a existência de uma refeição nada regular e uma necessidade de se tratar tal dificuldade, de modo que as suas sequelas sejam cada vez menores. Em um contexto de reeducação alimentar, a escola tem um papel fundamental, com palestras de nutricionistas e até aulas de gastronomia, a fim de começar a tratar o problema desde a base, com conscientização. A família e a mídia também podem trabalhar a valorização da comida saudável por meio de conversas, debates e campanhas. Só assim, tratando causas e minimizando efeitos, será possível enxergar a alimentação, de fato, como um ingrediente nas transformações de que a liquidez atual precisa.

O suicídio entre os jovens brasileiros – Como enfrentar esse problema?

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Suicídio entre os jovens brasileiros: como enfrentar esse problema?**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O suicídio tem crescido entre as causas de mortes de jovens até 19 anos no Brasil. Em 2013, 1% de todas as mortes de crianças e adolescentes do país foram por suicídio, ou 788 casos no total. O número pode parecer baixo, mas representa um aumento expressivo frente ao índice de 0,2% de 1980.

Entre jovens de 16 e 17 anos, a taxa é ainda maior, de 3% frente ao número total. O aumento também ocorre em relação às mortes para cada 100 mil jovens dessa mesma faixa etária: a taxa foi de 2,8 por 100 mil em 1980 para 4,1 em 2013.

Os dados fazem parte da pesquisa Violência Letal: Crianças e Adolescentes do Brasil. Eles foram compilados pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), um organismo de cooperação internacional para pesquisa.

Segundo Alexandrina Meleiro, jovens imersos em redes sociais como Facebook ou Instagram assistem a retratos de vidas fantásticas. Internautas tendem a selecionar posts que exibam suas melhores conquistas e construir cuidadosamente imagens coloridas de suas vidas. Por comparação, a vida de quem assiste a esse espetáculo parece pior, principalmente quando surgem problemas.

Dificuldades em lidar com ou ter a própria sexualidade aceita continuam a contribuir para comportamento suicida. De acordo com Alexandrina Meleiro, é comum que pais se digam compreensivos quanto à sexualidade dos filhos, mas tenham problemas em lidar, na prática, com filhos não heterossexuais.

Mortes por suicídio são cerca de três vezes maiores entre homens do que entre mulheres. De acordo com cartilha da Associação Brasileira de Psicologia sobre o tema do suicídio ‘papéis masculinos tendem a estar associados a maiores níveis de força, independência e comportamentos de risco’. O reforço desse papel pode impedir que homens procurem ajuda em momentos de sofrimento. ‘Mulheres têm redes sociais de proteção mais fortes.’

Maus tratos e abuso físico e sexual durante o desenvolvimento também podem estar associados ao suicídio.

De acordo com a professora, pessoas suicidas tendem a se envolver em comportamentos autodestrutivos, como o uso de drogas sem moderação. ‘Assim como o álcool contribui para a violência contra o próximo, ele pode desencadear violência contra si mesmo.’

Ela também afirma que os jovens são em parte vítimas da própria criação. Pais excessivamente focados em suas próprias carreiras e vidas pessoais sentem-se culpados em relação aos filhos, e tendem a consolá-los com conquistas materiais. “Se quebrou o iPhone, o pai providencia outro.”
Esse excesso de proteção pode dificultar que o jovem desenvolva, por si próprio, formas de lidar com a frustração com problemas do amadurecimento, como uma desilusão amorosa ou dificuldades para encontrar um emprego.

Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/30/Por-que-precisamos-falar-sobre-o-suic%C3%ADdio-de-jovens-no-Brasil>

Texto 2

O CVV — Centro de Valorização da Vida, fundado em São Paulo em 1962, é uma associação civil sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de Utilidade Pública Federal em 1973. Presta serviço voluntário e gratuito de apoio emocional e prevenção do suicídio para todas as pessoas que querem e precisam conversar, sob total sigilo.

Realizamos mais de um milhão de atendimentos anuais por aproximadamente 2.000 voluntários em 18 estados mais o Distrito Federal. Esses contatos são feitos pelo telefone 141 (24 horas), pessoalmente (nos 72 postos de atendimento) ou pelo site www.cvv.org.br via chat, VoIP (Skype) e e-mail.

É associado ao Befrienders Worldwide, entidade que congrega as instituições congêneres de todo o mundo e participou da força tarefa que elaborou a

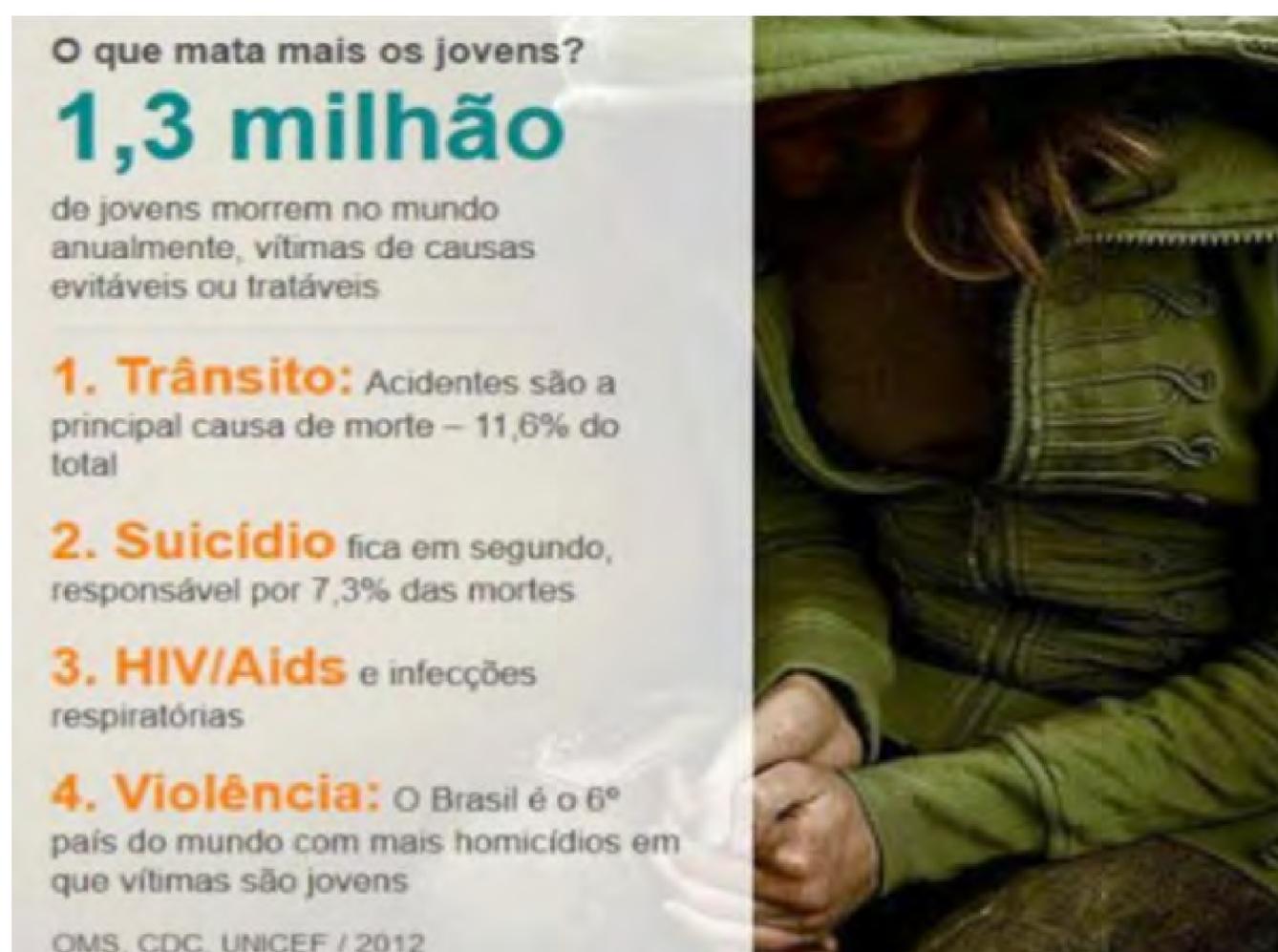
Política Nacional de Prevenção do Suicídio do Ministério da Saúde.

Em setembro de 2015 iniciamos o atendimento pelo telefone 188, primeiro número sem custo de ligação para prevenção do suicídio que, neste primeiro momento só funciona no estado do Rio Grande do Sul, onde o 188 é operado pelo CVV em fase de teste para ampliação a todo território nacional.

O CVV desenvolve outras atividades relacionadas a apoio emocional além do atendimento, com ações abertas à comunidade que estimulam o autoconhecimento e melhor convivência em grupo e consigo mesmo em todo o Brasil. A instituição também mantém o Hospital Francisca Julia que atende pessoas com transtornos mentais e dependência química em São José dos Campos-SP.

<http://www.cvv.org.br/cvv.php>

Texto 3



O que mata mais os jovens?

1,3 milhão

de jovens morrem no mundo anualmente, vítimas de causas evitáveis ou tratáveis

- 1. Trânsito:** Acidentes são a principal causa de morte – 11,6% do total
- 2. Suicídio** fica em segundo, responsável por 7,3% das mortes
- 3. HIV/Aids** e infecções respiratórias
- 4. Violência:** O Brasil é o 6º país do mundo com mais homicídios em que vítimas são jovens

OMS, CDC, UNICEF / 2012

Texto 4

A curta história de Ariele Vidal Farias integra um fenômeno crescente na cidade de São Paulo: os casos de suicídio de jovens mulheres, com idade entre 15 e 34 anos. Mais velha de três irmãos, Ariele vivia com a mãe —os pais, separados, mas de convivência amistosa, contam que nunca notaram sinais de depressão na primogênita. Em março de 2014, ao voltar para casa à tarde, após a escola, a irmã mais nova encontrou Ariele enforcada. Ela tinha 18 anos. A família descobriria depois que a ex-escoteira treinara os nós a partir de um livro, deixado fora do lugar, e até uma boneca foi encontrada nos seus pertences com um laço no pescoço. Na carta de despedida, escreveu: “Gente morta não decepciona ninguém”.

O número de suicídios de mulheres de 15 a 34 anos na capital, que representava 20% do total nessa faixa em 2010, pulou para 25% quatro anos depois. De acordo com o “Mapa da Violência — Os Jovens do Brasil”, estudo elaborado pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), a taxa de suicídio dos jovens em São Paulo aumentou 42% entre 2002 e 2012.

“Tenho duas conjecturas para a decisão dela. Uma possível crise pela descoberta da homossexualidade, ela tinha contado para uma tia que gostava de uma menina, e o fato de ser muito exigente consigo mesma”, responde o pai de Ariele, o oficial de justiça Ivo Oliveira Farias, 58. A filha se preparava para seguir sua carreira. Dias depois do enterro, a família receberia a notícia de que ela fora aprovada em direito.

Fenômeno que ocorre cada vez mais entre os jovens, homens ou mulheres, o suicídio deve ser abordado sem estigmas, afirmam especialistas. Os tratamentos psiquiátricos e psicológicos são recomendados para os sobreviventes, estejam eles participando ou não de grupos como os do CVV (Centro de Valorização da Vida). Na rede pública de saúde de São Paulo, a Covisa (Coordenação de Vigilância em Saúde) monitora casos de potenciais suicidas. Se alguma pessoa for internada duas vezes seguidas por intoxicação, por exemplo, o órgão pode encaminhá-la para acompanhamento.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1742198-suicidio-de-jovens-mulheres-avanca-em-sao-paulo.shtml>



Modelo de redação

Embora apresentada em 428 a. C., a tragédia grega Hipólito, de Eurípides, por meio da personagem Fedra, mulher apaixonada, já abordava uma das maiores causas atuais de morte dos jovens de até 19 anos no Brasil: o suicídio. A falta de um lugar no qual o adolescente possa se definir e se reconhecer como sujeito, tanto na família como na sociedade, revela um sério problema de saúde pública, pois se configura um assassinato em que vítima e agressor são a mesma pessoa. Por trás do comportamento suicida, há uma combinação

de fatores socioculturais que, embaralhados, culminam numa manifestação exacerbada contra si mesmo.

Segundo o Departamento de Saúde Mental e Medicina Legal da UFG, a família representa a condição necessária para o crescimento e desenvolvimento de vínculos que garantam a sobrevivência física, social e afetiva das pessoas. Contudo, o contexto familiar é considerado fator desencadeante para a tentativa de suicídio. Perdas de vínculos afetivos, violência doméstica ou doenças mental ou física colocam o adolescente em situação de vulnerabilidade. O jovem tende a ser contestador, impetuoso e, ao mesmo tempo, imaturo e inseguro ao se deparar com novas visões da família e da sociedade, visto que na adolescência a busca de referências constitui uma forte razão para a existência.

Além disso, a escola pode se tornar um cenário favorável no que se refere ao fortalecimento do comportamento suicida. O bullying, problema mundial encontrado em qualquer escola, está por trás de muitas tentativas de suicídio entre adolescentes. Conforme a Psicologia do Desenvolvimento, o jovem é influenciado facilmente pelas opiniões alheias e, nesta tentativa de se encaixar, passa a agir de forma inconstante. No estágio em que se adquire uma identidade psicossocial, se as questões não forem bem resolvidas, o adolescente não reconhece sua identidade e seu papel no mundo e busca um referencial que dê sentido a seu existir, o que configura as obras ultrarromânticas, marcadas por dor, frustração, tédio, evasão da realidade e desejo pela morte.

Considerado pela OMS problema de saúde pública, o fenômeno do suicídio não só desafia os profissionais da saúde, mas também o campo das ciências humanas. O Estado não pode majorar o sofrimento de quem decide se matar punindo-o e no Brasil não se fala de prevenção ao suicídio em escolas. Dessa maneira, por meio de um curso, cabe ao Ministério da Educação, juntamente ao Ministério da Saúde, identificar os fatores de risco, estabelecendo linhas que estimulem a autoestima dos adolescentes e criando espaços de diálogos para eles sobre a fase da adolescência. Ao vislumbrar possibilidades no existir, procura-se ultrapassar sofrimentos e desmascarar sinais do complexo fenômeno que perpassa desde o início da civilização.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, **Os desafios da educação universitária no Brasil** redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os alunos da Universidade Estadual da Zona Oeste (Uezo) fizeram uma manifestação na terça-feira (17), na unidade de Campo Grande, no Rio, pedindo mais atenção do governo estadual para com a instituição, que tem enfrentado problemas com a falta de professores, de aulas e até na limpeza do estabelecimento.

Em petição pública dirigida ao governador Luiz Fernando Pezão, a universidade afirma que tem sido negligenciada pelo estado, e que só neste ano, já perdeu 30% de seus professores e o governo não autoriza a instituição a dar posse aos profissionais já concursados, nem a fazer novos concursos.

“Os docentes não têm regime de dedicação exclusiva, como em todas as universidades públicas do país. Ao contrário de outras instituições, os alunos não têm bolsa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico”, diz a petição.

Em nota, a Uezo reclama que a equipe de gestão da universidade tem se cotizado para fazer o pagamento dos serviços de faxina. “O processo licitatório que estava em curso, no início do ano, para a contratação de empresa especializada, teve de ser suspenso em função do decreto estadual 45.109, que determinou um corte de 20% nos gastos públicos. O novo processo licitatório tem previsão de conclusão até o final deste mês”.

Segundo a instituição, o orçamento da Uezo para o exercício de 2016 será de R\$ 24 milhões, e os cortes previstos na área de investimento são de 99,9%. “Isso impacta na paralisação da construção do novo campus, suspensa desde o início de 2015, e que precisa de R\$ 10 milhões para ser retomada em 2016”. O reitor da Uezo, Alex da Silva Sirqueira, reivindicou, em audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, no dia 14 de outubro, um orçamento para possibilitar início das obras do campus, a realização de novos concursos, a implantação do regime de dedicação exclusiva dos professores e o reajuste salarial dos técnicos, girando em torno de R\$ 43 milhões.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/alunos-de-universidade-do-rio-protestam-contr-a-falta-de-professores,32bb292ac48fb1eb0ee098712a20422d3pdbg3zt.html>

Texto 2



Texto 3

No Brasil, a formação profissional de nível médio e superior, embora tardiamente, já ocupa o imaginário de mais famílias. Países como os Estados Unidos começaram esse movimento no século 19, com ações de desenvolvimento territorial, como a construção de ferrovias, articuladas com a implantação de escolas secundárias e universidades regionais.

Esse fenômeno de crescente valorização da educação no Brasil está associado à redução da desigualdade e à ascensão social. Há que se reconhecer o impacto das políticas de acesso à educação superior e técnica nos últimos anos, que permitiram que mais cidadãos cursassem uma faculdade ou uma escola técnica.]Essa também é a perspectiva das famílias dos trabalhadores.

Dados recentes mostram que a saída de jovens entre 18 e 24 anos do mercado de trabalho se deve à busca por novas oportunidades educacionais. Hoje, graças à diversificação da oferta de cursos, o jovem tem dezenas de alternativas de estudo que lhe darão mais chances profissionais.

Entre as políticas de acesso, o Enem é a grande chave para as várias portas da educação. Por isso, o interesse pelo exame é cada vez maior. Quem faz o Enem sabe que sua nota pode garantir desde a certificação do ensino médio até uma bolsa no exterior.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniaio/coluna/2014/07/02/enem-e-sisu-democratizaram-acesso-ao-ensino-superior.htm>

Texto 4

Com a ampliação de programas de financiamento estudantil, como o Fies, criação do ProUni e a autorização de funcionamento para mais instituições privadas, o sonho do acesso ao ensino superior se tornou realidade para milhares de estudantes. As barreiras de acesso deixavam de ser intransponíveis. No entanto, apesar da facilitação da entrada nas IES, outro problema surgiu: as dificuldades para a formação universitária.

Uma pesquisa realizada no Instituto de Psicologia da USP mostrou que estudantes oriundos de escolas públicas que conseguem ingressar em uma universidade privada apresentam dificuldades para se manter no curso, mesmo quando recebem bolsas de estudo. O estudo revelou, ainda, que as dificuldades de universitários egressos da rede pública não se resumiam ao vestibular e acompanham os estudantes por toda a graduação. Isso ocorreria tanto por questões financeiras, como pelo baixo conteúdo educacional adquirido desde o ensino básico, fato que prejudica os universitários no acompanhamento do curso.

Disponível em: <http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/07/as-dificuldades-da-formacao-universitaria-por-janguie-diniz.html>



Modelo de redação

A saída de um impasse

Nos últimos anos, o ensino superior passou por uma série de mudanças intensas, não só nos seus meios de acesso – com o Enem, o Fies, o Prouni, as cotas sociais e raciais –, mas também na sua estrutura, com o aumento e diversificação do público, o crescimento de unidades, a proliferação das instituições particulares e a formação de novos cursos. Alguns problemas, porém, continuam crescendo e criando obstáculos no desenvolvimento de novas vantagens. Cabe, então, analisá-los, buscar resolvê-los e fazer da universidade pública brasileira uma referência mundial.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que o horizonte do ensino superior brasileiro é indefinido, uma vez que o seu próprio presente não parece ter uma clara descrição. De um lado, há uma concepção clássica, criada na Idade Média e cultivada ao longo de toda a Moderna, para a qual o meio universitário é o lugar da excelência do conhecimento, centralizando a busca da verdade e aprimorando a vida intelectual. De outro, movida por razões fundamentalmente econômicas, há aquela que vê a universidade como um espaço em que o estudante obtém um diploma para o mercado. Do seu ponto de vista, a visão tradicional é elitista, por reservar a universidade a poucos. Uma vez que o mercado de trabalho exige, hoje, o certificado, a academia deve ser um ambiente amplamente democratizado, aberto à ascensão profissional e social de todos.

Entretanto, apesar de, a princípio, as duas definições parecerem constituir um paradoxo, a universidade pode sim ser simultaneamente espaço de produção de conhecimento e realizar uma função pragmática de formar pessoas para o

comércio. O problema é que, no mundo concreto e real, no momento de gerir uma universidade, por exemplo, diante da escassez de recursos, o reitor terá de optar entre dar mais recursos para as pesquisas de física teórica ou aumentar o número de vagas no curso de engenharia; para financiar a criação de uma revista referência em filosofia analítica ou criar uma rádio da universidade, garantindo um estágio para os alunos de comunicação social. Conciliar as duas concepções, então, parece o grande desafio do ensino superior.

Torna-se evidente, então, que o grande obstáculo da universidade brasileira, hoje, está na sua própria definição, que parece impedir o seu desenvolvimento. Uma solução bastante prática e eficiente é a de operar uma cisão clara entre essas duas visões de instituição. Seria ótimo para o Brasil, assim como foi na Alemanha, adotar tal modelo, uma vez que, superando o impasse do atual sistema, cada curso poderia seguir a sua vocação particular de maneira livre. O Poder Público e as empresas poderiam, dessa forma, investir nas duas modalidades de ensino, garantindo aos futuros alunos boas opções. Só assim, resolvendo esse conflito e encontrando um caminho melhor, será possível perceber, de fato, um futuro na universidade brasileira.

14

A violência na escola em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A violência na escola em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Toda semana são noticiados casos de violência nas escolas brasileiras. Infelizmente, o problema não é um exagero criado pela mídia, mas sim uma realidade enfrentada diariamente por milhares de professores das redes pública e privada.

Dentre os casos mais comuns de violência, podemos citar as ameaças feitas por alunos a professores, sobretudo a respeito de baixo rendimento escolar. Uma nota abaixo da média nem sempre é entendida como um alerta para que o aluno melhore e estude com mais afinco: para muitos estudantes, a nota é compreendida como ofensa pessoal. Alguns ficam no enfrentamento verbal, enquanto outros partem para agressão física ou danos a bens do professor, sobretudo carros (pneus furados são os relatos mais comuns). Depredações a patrimônios da escola e arrombamentos de salas também integram o vasto rol de atitudes violentas no ambiente escolar. O tipo de violência mais comum, entretanto, se dá entre os próprios estudantes.

Apesar de a violência física estampar um número muito maior de manchetes, é a violência moral que mais assusta aos professores de todos os níveis de ensino, desde o Infantil ao Superior. Xingamentos, gestos obscenos, perturbações, indisciplina. Problemas que atrapalham o andamento das atividades pedagógicas e os relacionamentos dentro da escola. Os casos de bullying – a violência moral entre os próprios alunos – também chocam educadores e familiares, inclusive ultrapassando os muros da escola e chegando ao ambiente virtual, onde situações vexatórias de alunos podem ser acessadas por qualquer pessoa.

Disponível em <http://www.revistaoprofessor.com.br>

Texto 2



Texto 3

Para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral. Diante do que se passa, uma das identidades mais comprometidas é a da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.

Texto 4

Destaca-se, como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e da parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos. Os estudantes insistem em medidas preventivas de participação ampliada, baseadas na interação da família com a escola. A instituição é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre o aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

Mas existem as opiniões mais radicais. Tanto pais como alunos e corpo técnico-pedagógico advogam disciplina mais dura para quem comete atos irregulares. Citam a expulsão e medidas de segurança como muros altos ou grades de proteção nas escolas. Dentro do contexto das discussões, chamou-se a atenção para a entrada de armas de fogo no ambiente escolar e foi proposta a revista na entrada do colégio para coibir a violência.

Entre outras medidas, tem sido bastante utilizado o apoio de psicólogos nas escolas, focalizando a violência sob uma perspectiva psicológica, e não social. Outro papel de relevância cabe à cultura e à educação, levando ao resgate da auto-estima e a uma conscientização dos problemas e das desigualdades, possibilitando superá-los e gerar solidariedade. O fortalecimento da auto-estima dos alunos serve para combater preconceitos.

Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_02.pdf. Adaptado.



Modelo de redação

O bê-á-bá da violência

A escola é, sobretudo, um local dedicado completamente à educação dos jovens. Porém, a cada dia tem se tornado, também, um palco de intolerância e violência. Esse não é um problema novo. Há muito tempo essas instituições deixaram de ser portos seguros. O que era tratado, antes, como uma questão disciplinar, hoje é visto como delinquência juvenil, chegando próximo à criminalidade. Por isso, é fundamental que esses próprios locais de ensino e famílias se façam intensamente presentes na vida do aluno.

Em primeiro lugar, é importante destacar de que forma esse tipo de violência se propaga em um meio tão estranho à sua existência. Hoje, a questão do celular é umas das mais polêmicas, com relação a isso. Talvez o aparelho seja um dos maiores disseminadores desses atos ao gravar e propagar brigas, além de incentivar intrigas e rachas dentro de sala, até mesmo na questão do cyberbullying. Apesar da proibição, por lei, do uso dessa tecnologia em sala de aula, a presença exagerada desses meios nos colégios pode ser um agravador nos atos violentos.

Outro fator determinante para a violência nas escolas é a segurança que aluno sente nesse ambiente. Se identificar com os professores, se sentir amparado e manter boas relações com os colegas é primordial para que isso não ocorra. Muitas vezes, o distanciamento criado entre aquela que dá aula e o que a vê pode alimentar essa agressividade, além da ideia de concorrência, investimento de muitos colégios. São inúmeros os casos, hoje, de estudantes violentando seus mestres, seus próprios colegas e até destruindo o ambiente escolar, o que pode ser reflexo direto dessa falta de proximidade entre o aluno e o ambiente em que está – ou deveria estar – inserido.

Torna-se evidente, portanto, que a violência escolar, no Brasil, tem causas e consequências graves, sendo necessário que medidas sejam pensadas a fim de minimizar ou até resolver esse problema. Dessa maneira, para a retração desse cenário, pode-se pensar em uma redefinição das regras do uso de aparelhos celulares em sala, por parte da escola e, também, em uma conversa com os próprios pais. Além disso, é fundamental a orientação, da família, das instituições e dos próprios alunos, por especialistas em psicologia escolar. A psicopedagogia pode ser utilizada para que os estudantes se sintam à vontade com o diálogo, com a construção de relações de empatia para com seus colegas e com o ambiente em que passam a maior parte da sua semana. Só assim, revendo regras e debatendo ideias, será possível fazer do ambiente escolar um verdadeiro aprendizado para a vida em sociedade, e não um propagador de atitudes violentas.

O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Projetos sociais que têm o esporte como ferramenta de inclusão social são um importante aliado na formação de crianças e adolescentes. Nas diferentes modalidades o trabalho resgata valores que são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem dos jovens, seja no futebol, no basquete, ou no vôlei. Tanto que, no Brasil, é grande o número de instituições do terceiro setor que se dedica a atividades na área; e até esportes pouco populares por aqui, como badminton e hockey de grama, por exemplo, estão presentes em iniciativas nos diferentes estados do país.

Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-de-todo-o-pais-promovem-inclusao-social.html>. Adaptado.

Texto 2



Texto 3

O novo ministro do Esporte, George Hilton, disse hoje (2) que o esporte no país deixou de ser apenas uma vitrine para o talento brasileiro e se transformou em um meio de inclusão social que deve estar ao alcance de todos.

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, Hilton avaliou que, nos últimos anos, o Brasil se tornou mais do que o país do esporte. No entanto, segundo ele, o esporte nunca deixou de ser parte importante do país e dos brasileiros.

“Vou dar atenção especial ao esporte social, ao esporte de inclusão, ao esporte educacional e ao esporte comunitário. Quero intensificar a parceria com o Ministério da Educação para consolidar o programa Atleta na Escola”, prometeu. “Este é o caminho para o desenvolvimento sustentável do esporte brasileiro”.

O novo ministro lembrou que o nascer da pasta, há 12 anos, não foi fácil e que o esporte é considerado por ele um setor historicamente relegado dentro do poder público. Uma das prioridades, segundo Hilton, será ampliar o debate no Congresso Nacional para a renovação da Lei de Incentivo ao Esporte, cujo prazo de validade se expira este ano.

“Atendi ao chamado da presidenta sabendo que é um grande desafio dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito”, disse. “Mas temos hoje ativo e consolidado um ministério exclusivo para representar os anseios da comunidade esportiva e conduzir políticas públicas no mundo do esporte”, concluiu.

Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/esporte/165367/George-Hilton-quer-reforçar-esporte-como-inclusão-social.htm>



Modelo de redação

Esporte: ética e sociedade

Jogos Pan-americanos de 2007, Campeonato Mundial de Judô em 2013, Copa do Mundo de 2014: nos últimos anos, a sociedade brasileira e, em particular, a cidade do Rio de Janeiro tem vivenciado intensamente a experiência do esporte. As Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 serão, neste sentido, a cereja do bolo, mas não se pode de modo algum reduzir a prática esportiva a esses megaeventos. De fato, mais do que atividade de competidores célebres ou negócio que envolve milhões, o esporte é, em si mesmo, um poderoso meio de inclusão social, capaz de transformar vidas. De modo geral, tal poder transformador do esporte pode ser visualizado sob dois aspectos: no seu papel na formação ética dos indivíduos e no seu caráter socializador.

Em primeiro lugar, o esporte tem um enorme potencial para a transmissão de valores e normas de conduta sadios. Com efeito, tal como qualquer atividade com objetivos claros e determinados, a prática esportiva exige ordem, disciplina, paciência, coragem, perseverança, etc. Isto é, há uma série de virtudes éticas que são pressupostas no esporte e que por isso mesmo são desenvolvidas naqueles que se põem a praticá-lo. A prática constante da atividade física desenvolve ainda mais estas habilidades éticas, visto que a virtude, conforme ensinava Aristóteles, não consiste em um ato de bondade isolado, mas sim na prática habitual do bem.

Por outro lado, não se pode ignorar o papel inestimável do desporto no processo de socialização. Com efeito, como dizia o mesmo Aristóteles, o homem é naturalmente um ser social e político, isto é, engajar-se na vida social não é um aspecto secundário da existência humana, mas lhe é, ao contrário, algo constitutivo. Assim, o processo de socialização, de integração do indivíduo no interior da sociedade, não pode ser subestimado – e o desporto pode ter papel essencial nisso. Na verdade, a atividade esportiva produz, invariavelmente, uma comunidade de pessoas, uma integração entre os diferentes, afinal, mesmo o esporte mais solitário, implica algum tipo de cooperação e aprendizado mútuo. Não se pode, por exemplo, iniciar a prática de uma modalidade esportiva, sem a orientação de outra pessoa que já a domine de algum modo.

De acordo com tudo o que foi visto acima, não é difícil perceber que o esporte tem uma importância decisiva precisamente naqueles campos em que isto lhe é menos reconhecido: a transmissão dos valores éticos e a integração social. Garantir, no entanto, que esta ferramenta de inclusão social se torne realmente

efetiva em nosso país passa por mudanças importantes na política de educação. Em particular, passa por uma mudança clara na perspectiva do governo a respeito da disciplina de educação física, em que ela não seja mais vista como mero meio de recreação, mas sim como um ponto-chave das políticas de ação social. O educador físico, essencial para o fortalecimento ético e social do alunado, deve ser agente central na vida escola, conduzindo projetos, articulando iniciativas, congregando partes. São os desafios que temos a enfrentar.

16

A questão das drogas como desafio mundial

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A questão das drogas como desafio mundial**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A prevalência do uso de drogas continua estável em todo o mundo, de acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas de 2015 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Estima-se que um total de 246 milhões de pessoas – um pouco mais do que 5% da população mundial com idade entre 15 e 64 anos – tenha feito uso de drogas ilícitas em 2013. Cerca de 27 milhões de pessoas fazem uso problemático de drogas, das quais quase a metade são pessoas que usam drogas injetáveis (PUDI). Estima-se que 1,65 milhão de pessoas que injetam drogas estavam vivendo com HIV em 2013. Homens são três vezes mais propensos ao uso de maconha, cocaína e anfetamina, enquanto que as mulheres são mais propensas a usar incorretamente opióides de prescrição e tranquilizantes.

Discursando sobre o Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de

Drogas, o Diretor Executivo do UNODC, Yury Fedotov, observou que, embora o uso de drogas esteja estável no mundo, apenas uma de cada seis pessoas que fazem uso problemático de drogas tem acesso ao tratamento. “Mulheres, em particular, parecem enfrentar mais barreiras para ter acesso ao tratamento – enquanto, mundialmente, um em cada três usuários de drogas é mulher, apenas um em cada cinco usuários de drogas em tratamento é mulher”. Além disso, Sr. Fedotov declarou que é necessário trabalhar mais para promover a importância de se entender e abordar a dependência como uma condição crônica de saúde a qual, assim como diabetes ou hipertensão, requer tratamento e cuidados sustentados a longo prazo. “Não existe um remédio rápido e simples para o uso problemático de drogas e nós precisamos investir, a longo prazo, em soluções médicas baseadas em evidências”.

Disponível em: <http://www.uniad.org.br/interatividade/noticias/item/23233-relatório-mundial-sobre-drogas-de-2015-o-uso-de-drogas-é-estável-mas-o-acesso-ao-tratamento-da-dependência-e-do-hiv-ainda-é-baixo>

Texto 2

A literatura médica é vasta em apontar a influência de fatores ambientais e culturais para o indivíduo se tornar dependente químico ou se livrar das drogas. O local onde o usuário vive, com quem se relaciona e sua rotina, têm correlação fundamental para a recuperação ou manutenção da dependência.

A articulação para reabilitação do usuário é mais favorável se ele está na sua cidade ou bairro de origem, próximo da rede de assistência social, saúde ou de apoio ao mercado de trabalho.

O que se verifica é que a manutenção de dependentes em tratamento no mesmo local do consumo de drogas dificulta sua recuperação e favorece vínculos com ações ilícitas. A demanda concentrada fortalece o tráfico local, que substitui rapidamente criminosos presos e drogas apreendidas.

Disponível em: <http://amorexigente.com.br/uniad-unidade-de-pesquisa-em-alcool-e-drogas-o-desafio-das-drogas-e-o-consumo-nas-ruas/>

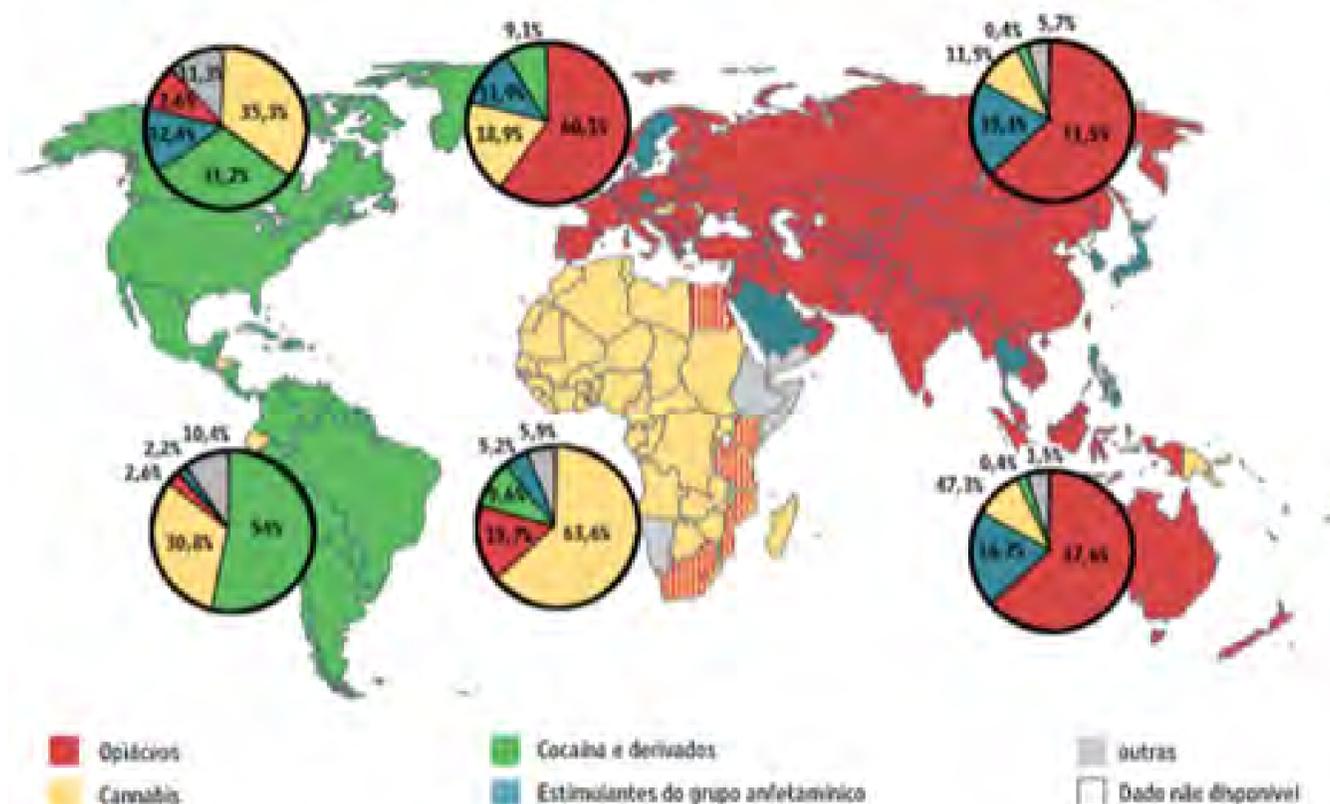
Texto 3

MAPA MUNDIAL DOS PROBLEMAS COM DROGAS

América do Norte
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 2001 e 2006 em Canadá, México e EUA

Europa
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 2000 e 2006 em 39 países europeus

Ásia
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 1994 e 2006 em 41 países e territórios da Ásia



América do Sul
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 1998 e 2006 em 24 países da América do Sul e Caribe

África
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 1994 e 2006 em 41 países africanos

Oceania
Média da demanda de tratamento médico em razão do uso de drogas entre 2004 e 2006 em Austrália e Nova Zelândia

Fonte: Relatório Mundial sobre Drogas 2008



Modelo de redação

Século XIX: China, Guerra do Ópio. Século XXI: Colômbia, Forças Revolucionárias da Colômbia. O mal causado pelas drogas não se restringe a um país ou a uma época. É um problema que vem assolando gerações inteiras por um longo período de tempo. Além da violência já mencionada, afeta a saúde do indivíduo e o equilíbrio da sociedade. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise desse hábito nocivo, porém já enraizado, e procurar soluções para combatê-lo.

Em primeiro lugar, devemos destacar o porquê de esse costume se sustentar após séculos na sociedade. Há quem faça uso de tóxicos – como é o caso do próprio álcool – apenas de forma recreativa, contudo, de acordo com estimativas da ONU, 27 milhões de pessoas são viciadas em entorpecentes e similares. Nesse contexto, surge um hábito ruim, que, segundo Charles

Dunnig, em “O poder do hábito”, está ligado à ideia de que um estímulo gera a expectativa de resposta no cérebro do indivíduo. A droga é o estímulo, e a respostas, muitas vezes, são a fuga de uma realidade da qual se quer escapar.

Além disso, é preciso dimensionar o problema a ser enfrentado. O tráfico de drogas, hoje, é um negócio altamente lucrativo, atuando de maneira habitual em todos os cinco continentes, sendo, em muitos lugares, fácil ter acesso a elas. Partindo, ainda, do pressuposto de que as drogas são substâncias que em contato com o organismo do indivíduo alteram seu funcionamento normal, conclui-se que dosagens constantes e elevadas dessas substâncias geram graves problemas de saúde. Por não se limitar a um país e ter proporções alarmantes, podemos dizer, então, que é uma questão de saúde pública mundial.

Nesse sentido, ainda, deve-se apontar o problema social relacionado ao uso de drogas. No Brasil, por exemplo, onde as “crackolândias” se tornaram parte integrante da paisagem de várias cidades, vê-se cada vez mais uma segregação no espaço urbano. Isso porque, em regra, zonas mais carentes são apontadas como centro de consumo dessas substâncias, quando, na verdade, tal prática está presente em todos os estratos da sociedade. A própria maconha, considerada “relaxante”, é prova disso, presente nos mais variados ambientes, desde o ator de novela ao porteiro do prédio. Nesse sentido, é uma mazela quase que democrática.

Dessa forma, portanto, fica claro que o problema em voga é bem mais amplo e complexo do que aparenta. É preciso, nesse contexto, um esforço conjunto para dirimir o problema. Cabe aos governos, com o apoio da Organização Mundial da Saúde e da ONU, criarem programas de reabilitação mais completos, fazendo parcerias com ONGs e com Universidades, por meio de seus especialistas e pesquisadores. Além disso, a escola e a família também têm papel fundamental no que diz respeito à prevenção. Por fim, a mídia, como grande formadora de opinião, pode reforçar a mensagem do quão nocivo é o consumo de tais substâncias. Solucionar a questão das drogas é um processo longo, mas é preciso que se dê o primeiro grande passo.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A democratização do acesso à cultura em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Sabe-se que a Constituição é a lei fundamental e suprema de uma nação, ditando a sua forma de organização e seus princípios basilares.

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana. Como afirma Bernardo Novais da Mata Machado, “os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade.”

Fato é que a cultura reflete o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e indubitavelmente de desenvolvimento humano. Conforme afirma José Márcio Barros, a “cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas”

Nesse sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Texto 2

Desigualdades no acesso à produção cultural:

Entretenimento: a minoria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano. Quase todos os brasileiros nunca frequentaram museus ou jamais frequentaram alguma exposição de arte. Mais de 70% dos brasileiros nunca assistiram a um espetáculo de dança, embora muitos saiam para dançar. Grande parte dos municípios não possui salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

Livros e Bibliotecas: o brasileiro praticamente não tem o hábito de leitura. A maioria dos livros estão concentrados nas mãos de muito poucos. O preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E. Muitos municípios brasileiros não têm biblioteca, a maioria destes se localiza no Nordeste, e apenas dois no Sudeste.

Acesso à Internet: uma grande porcentagem de brasileiros não possui computador em casa, destes, a maioria não tem qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola).

Profissionais da Cultura: a metade da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria. (Fonte: Ministério da Cultura – IBGE - IPEA).

Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/access-to-culture/>

Texto 3

O Ministério da Cultura mostrou-se necessário ao Brasil. Hoje temos estudos e projetos brasileiros como referência em organizações internacionais que tratam dos problemas dos direitos autorais em ambiente digital. Somos (ou tínhamos sido) pioneiros na luta em defesa dos criadores, que se viram sem saber o quê, como, quanto e quando receberão pela divulgação de sua obra em plataformas de streaming. A Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI) do MinC vinha se tornando um “think tank” especializado nesses assuntos. Sem falar na situação do audiovisual, que se tornou uma atividade superavitária; nos Pontos de Cultura, que buscam acompanhar e proteger centros de criação artística em todo o território nacional; na atenção ao patrimônio histórico. Sem altas verbas (muito ao contrário), o MinC tem mostrado que o país passou a dar à produção cultural o valor que ela merece.

<http://oglobo.globo.com/cultura/artigo-sem-festa-por-caetano-veloso-19308827>



Modelo de redação

A cultura é o meio pelo qual um povo se expressa. O indivíduo é essencialmente cultural, uma vez que vive imerso em determinados costumes, língua, rituais, hábitos alimentares, entre outros elementos que moldam a sociedade. Dentro desse cenário, é possível destacar um item específico, que deveria ser acessível a todos, já que constitui parte da identidade do ser humano: as artes. Por esse motivo, é necessário pensar na democratização cultural, a fim de que ela seja efetivamente direito de todos.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que tornar acessível a cultura envolve diversos aspectos. Sendo o Brasil um país com elevado número de habitantes de diferentes etnias, crenças, tradições e grupos sociais, é evidente que exista uma imensa variedade de manifestações. Desse modo, a democratização deve começar pela valorização de todas elas, garantindo que nenhuma deixe de ser contemplada. No entanto, é notável que o preconceito atua de maneira incisiva nesse cenário. O “funk”, por exemplo, é caracterizado como música de baixa qualidade, sem cultura, como se não representasse a identidade brasileira, por estar relacionado aos moradores de favelas e periferias. Tal fato enfraquece a ideia de representação nacional.

Outro aspecto relevante ao processo de tornar a cultura uma realidade para todos é o acesso aos seus bens. Uma parcela muito pequena da população brasileira vai ao cinema e ao teatro, enquanto boa parte sequer visitou um museu. Além disso, a maioria dos municípios brasileiros não conta com espaços culturais. É evidente que o acesso à cultura envolve diversos aspectos, tais como transporte, custos de ingresso e, até mesmo, a questão intelectual. Para isso, em 1985, governo Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. No entanto, a arte continua sendo exclusiva aos que têm maior poder aquisitivo, já que podem arcar com os custos e, por poderem pagar por educação de qualidade, compreendem melhor a linguagem artística e os contextos histórico e social. Desse modo, o que deveria unir a população é mais um fator segregador.

Fica claro, portanto, que a democratização cultural é imprescindível ao processo de inclusão social. Cabe ao Estado estimular o acesso aos meios artísticos, financiando o custo dos ingressos, facilitando o transporte até os centros culturais e incentivando o ensino de Artes nas escolas públicas. Além disso, a mídia tem papel crucial em conceber a mesma importância a todas as manifestações culturais, sem preterir determinados grupos sociais e regiões, em novelas, séries e até programas de televisão. Dessa forma, a cultura será, de fato, um patrimônio de todos, não só uma forma de expressão, mas também de orgulho brasileiro.

Os desafios no uso das novas tecnologias em salas de aula

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os desafios no uso das novas tecnologias em salas de aula**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

A professora de Matemática Elisângela Stocco, que trabalha em duas escolas públicas, é conhecida pelos alunos pela frase: “guardem o celular”. “Não sou totalmente contra o uso do celular em sala de aula. Mas acredito que tudo passa por evolução e maturidade. Os nossos jovens e crianças não têm discernimento suficiente para usar esse instrumento como um recurso para auxiliar seu aprendizado e construir seu conhecimento. Ainda é usado basicamente como entretenimento. O maior desafio do professor é manter o interesse, concentração e atenção. Então o uso do celular vem contra o seus objetivos”, defende.

Elisângela considera que os professores buscam uma adaptação, tentando encontrar uma maneira de introduzir essas ferramentas tecnológicas no ensino. No entanto, acredita que é uma tarefa complicada por exigir controle rígido sobre o que os alunos acessam. “Mesmo quando a aula envolve o uso da internet, existe a necessidade de fiscalização e isso gera desconforto, frustração para o professor, pois todo seu planejamento buscando atingir os educandos cai em vigilância constante e a atividade, que deveria ser agradável e rica em aprendizado, acaba abatendo o seu ânimo e o entusiasmo”, identifica.

Enquanto a maioria das escolas veta a utilização com a justificativa de que os dispositivos podem dispersar a atenção e prejudicar o aprendizado, outras optaram por torná-los um recurso pedagógico. Numa escola da rede particular, foi criado, em 2014, um projeto chamado Escola 2.0. Esse projeto, além de melhorar a rede de computadores e internet, introduziu tablets nas aulas. Os tablets são usados em dupla por todos os alunos para aprofundar o conteúdo. Essa dinamização é acusada por ampliar os saberes em todas as áreas do conhecimento.

Texto 2

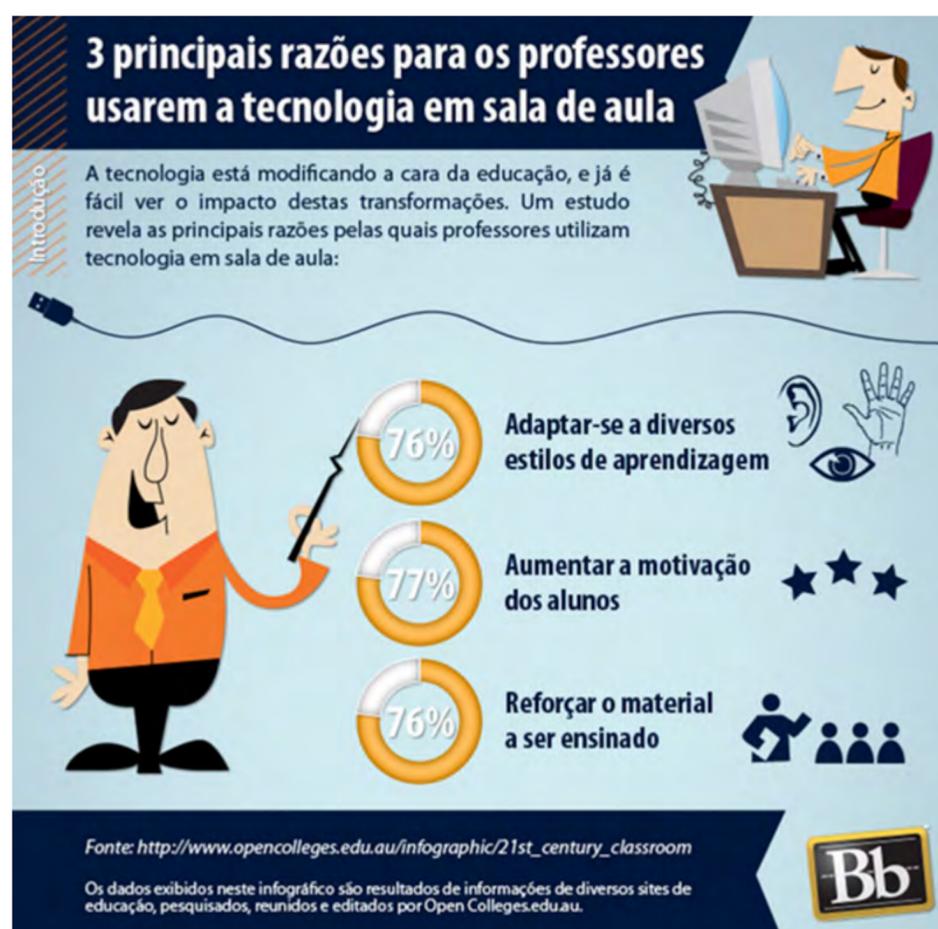
Um projeto para estimular estudantes da rede pública a usar tecnologia em sala de aula foi lançado hoje (12) na Escola Municipal Malba Tahan, em Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. O projeto Recode em Escolas foi criado pela organização não governamental (ONG) Comitê pela Democratização da Informática (CDI) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e trabalha com os professores da rede pública, procurando sensibilizá-los para o uso das tecnologias e para que passem a enxergar objetos, como o celular e o tablet, como ferramentas para auxiliá-los em sala de aula para melhorar o desempenho dos alunos.

A gerente do Recode em Escolas, Carla Branco, disse que o objetivo é que aparelhos como celular e o tablet sejam inseridos na prática da sala de aula. Para ela, o projeto torna o processo de ensinar e aprender mais interativo. Carla diz que, com o projeto, a secretaria e o CDI dão aos jovens a oportunidade de eles poderem se inscrever em disciplinas eletivas, oferecidas no contraturno.

Na Escola Municipal Malba Tahan, foram capacitados 11 professores, que levam para os alunos, na sala de aula, conteúdos com games (jogos) e competições em disciplinas eletivas. O projeto aproveita o modelo vigente nessa escola, que é o Ginásio Carioca, que tem um período mais estendido de aulas. “É um modelo diferente, com uma carga de aulas maior e melhor para formação dos meninos”, disse Carla. No período fora do horário regular, entram as disciplinas eletivas.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-07/projeto-estimula-estudantes-usar-tecnologias-em-sala-de-aula>

Texto 3





Modelo de redação

A tecnologia está cada vez mais inserida no dia a dia das pessoas, seja como ferramenta fundamental para alguma atividade, como cirurgias de alto risco, seja como instrumento de lazer. No âmbito escolar não é diferente. Adaptar-se a essa presença também em sala de aula é fundamental, porque os estudantes podem e devem utilizá-la para aprender melhor e mais. Entretanto, na prática, ainda existem inúmeras dificuldades que prejudicam tanto o educador quanto o aluno.

Primeiramente, é preciso frisar que aquilo que é novidade pode provocar nas pessoas estranheza e até mesmo resistência. Considerando que em alguns locais o sistema educacional vigente ainda é o modelo tradicional de ensino, inovar é uma dificuldade, porque os professores nem sempre estão preparados para alterar sua metodologia e os alunos não sabem utilizar a tecnologia a seu favor: existe uma gama de distrações na web, como as mídias sociais e sites de entretenimento, que prejudicam essa parceria.

Mesmo com a visão de ensino no Brasil mudando e a ferramenta tecnológica retirando o professor como figura central da aula - detentor absoluto do saber - e transferindo para o aluno o sentimento de pesquisador, a falta de recursos nas escolas é um dos mais fortes impedimentos para o êxito desta combinação. Dessa maneira, nota-se que investimentos que promovam essa interação e infraestrutura são necessários para acompanhar a evolução da escola e das necessidades da sociedade contemporânea.

Fica claro, portanto, que, ao passo que a tecnologia pode auxiliar no desenvolvimento da educação, tornando a aula mais dinâmica com acesso a informações rápidas e instantâneas, ela pode ser uma grande vilã se usada de forma inadequada. Para evitar que isso aconteça, é necessário capacitar os professores para as novas demandas pedagógicas, proporcionando novas didáticas que se relacionem com o jovem estudante que se configura como indivíduo multifacetado, plural em suas características e necessidades. Cabe à escola estabelecer limites e instruir quanto ao uso dessas ferramentas, não as excluindo do cotidiano escolar, mas implementando-as ao ensino. Somente assim será possível controlar e melhorar a via de mão-dupla internet-educação.

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O papel da polícia no Brasil do século XXI**, apresentando a proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Disponível em: https://fbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xta1/v/t1.0-9/11039846_967434959968477_2181507764420376418_n.png?oh=d75f3a2fdeeb7efdb6e88011848d6a64&oe=55D0BA9F&__gda__=1438753814_3565831326eb3dcd92c21c532ed3d194

Texto 2

As ruas que circundam o Palácio Iguçu, sede do Executivo, e a Assembleia Legislativa do Paraná, se transformaram em um cenário de guerra na tarde desta quarta-feira 29. Os mais de 2 mil policiais militares que cercavam os prédios desde a tarde do último sábado reagiram às manifestações dos professores que, impedidos de entrar no plenário da Assembleia para acompanhar a votação do projeto de lei que mexe na previdência estadual, ocupavam as ruas e praças desde segunda-feira.

Por volta das 15 horas, policiais lançaram bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e jatos d'água contra os manifestantes. Segundo as últimas informações, mais de 200 pessoas foram feridas, sendo 8 em estado grave. Outros 56 foram encaminhados aos hospitais da cidade. Uma sala foi improvisada na sede da Prefeitura de Curitiba para ser usada como pronto socorro. Entre os feridos, há quatro jornalistas, entre eles um cinegrafista da Band que foi atacado por um cão de pitbull Polícia Militar.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/um-dia-triste-para-os-professores-do-parana-506.htm>

Texto 3

O artigo 144 da Constituição Federal regulamenta o funcionamento da segurança pública no Brasil. Prevê quais são os tipos de polícias e as funções de cada uma. À Polícia Militar cabem as tarefas de fazer o policiamento ostensivo e preservar a ordem pública. À Polícia Civil cabem as investigações de crimes e o cumprimento de ordens judiciais no âmbito local. A Polícia Federal atua também como polícia judiciária e na investigação de crimes, só que contra o ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.

[...] Uma das dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar está ligada justamente ao fato de ser militar. No plano de contato com a sociedade, tem sido criticada por atuar como se estivesse numa guerra – com excessiva força e pouca capacidade de diálogo e entendimento. No plano interno, o Código Militar obriga seus integrantes a uma severa disciplina, capaz até de levar à prisão de um policial que chegue atrasado ao serviço ou questione ordens de seus superiores. Há na base da PM um grande contingente que também se ressentem por não ter direito de organização e greve.



Modelo de redação

O policiamento da sociedade

No livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, o sociólogo Florestan Fernandes descreve a violência do regime militar como representação de poder e opressão sobre os indivíduos. Nos dias atuais, trinta anos após o processo de redemocratização, a sociedade tupiniquim ainda se questiona sobre a atual conjuntura da polícia, uma vez que essa tem atuado de maneira intransigente em diversas situações.

Em primeiro plano, o abuso de autoridade, que é empregado por vários policiais, tem com o intuito de repreender de forma truculenta e, muitas vezes, sem a averiguação de delitos. No mês de abril de 2015, professores paranaenses foram agredidos enquanto protestavam contra a alteração de custeios da previdência social, em frente à Assembleia Legislativa. O uso da força militar corroborou para o descrédito e a sensação de insegurança à população, pois essa espera proteção, e não mais o contra-ataque.

Além disso, a Constituição – por meio do artigo 144 – afirma que o papel da segurança pública é promover a manutenção da ordem pública de acordo com os interesses do Estado. Um caso que gerou comoção nacional foi a morte do menino Eduardo de Jesus, baleado na porta de casa enquanto ocorria uma operação no morro do Complexo do Alemão. Nesse sentido, aqueles que contrariam seus objetivos são tratados como possíveis inimigos a serem combatidos, mesmo que isso resulte na vida de inocentes.

Fica perceptível, portanto, a necessidade de mudar a postura da polícia em diferentes contextos. Assim, é viável reformular o modo que esses agentes são

treinados para o cumprimento de ordens, a fim de evitar reflexos da opressão do golpe militar de 1964, como também, o acompanhamento psicológico, educacional desses profissionais e a denúncia de brutalidades, inibindo o abuso de poder e as manifestações de violência incorporadas em seus ideais. Desse modo, com a reaprendizagem de sua função, a sociedade passaria a se sentir mais confiante em relação à segurança pública brasileira.

20

O valor da educação nas transformações sociais do Brasil

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **O valor da educação nas transformações sociais do Brasil**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O cão e a árvore também são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? de onde venho? onde posso estar? O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.

Sem dúvida, ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em um ter mais, que é uma forma de ser menos. Essa busca deve ser feita com outros seres que também procuram ser mais e em comunhão com outras “consciências”.

Jaspers disse: “Eu sou na medida em que os outros também são”. Freire, P. Educação e mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.14 (adaptado).

Texto 2

A presidente Dilma Rousseff divulgou, em seu discurso de posse, o novo lema de seu governo: “Brasil, Pátria Educadora”. Ela explicou que a educação será a “prioridade das prioridades” no segundo mandato que começa nesta quinta-feira, 1º. “Só a educação liberta um povo e abre as portas de um futuro próspero”, afirmou.

Ela anunciou que a área de educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos e que o governo continuará expandindo o acesso a creches e pré-escolas, uma promessa de campanha e também do primeiro mandato.

Sobre o ensino técnico, Dilma afirmou que vai dar especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz.

Dilma anuncia o novo lema: Brasil, Pátria Educadora.
Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/dilma-anuncia-o-novo-lema-brasil-patria-educadora>. Acesso em 5 janeiro 2015 (trecho).

Texto 3

A história da sociedade é marcada, ao longo do seu desenvolvimento, pela busca da efetivação da educação para uma sociedade harmônica. E, apesar das transformações sociais e da escola, sabemos que muito ainda temos a conquistar. De certa forma, o ensino tradicional ainda prevalece na maioria das escolas, busca-se uma educação para a vida democrática onde o homem seja capaz de criar e transformar o seu mundo em prol da humanidade.

Em um mundo de constantes mudanças, nem os conhecimentos acumulados, nem a conduta “correta” são tão importantes quanto a capacidade crescente do estudante de identificar os problemas existenciais e de pesquisar soluções originais e criativas.

Tomando a educação como condição necessária para mudança social, deve ser construída para o processo de democratização das relações de poder na sociedade, como também pode comportar, ao mesmo tempo, conservação e inovação, podendo funcionar como instrumento para mudanças.

A escola deve servir como instrumento de conscientização do cidadão, extrapolando, assim, sua função de mera transmissora de conhecimento e lançando-se numa ação social diretamente relacionada à formação do senso

crítico, direcionada para a intervenção e mudança da realidade social.

Porto, Vera S. P. A educação tem uma função de mudança social. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-tem-uma-funcao-de-mudanca-social/81431/>. Acesso em 5 jan 2015 (adaptado).



Modelo de redação

A Campanha da Fraternidade, movimento realizado pela Igreja Católica desde 1962, busca trazer à tona, anualmente, temas que precisam ser debatidos e refletidos. O tema de 2015, “Fraternidade: Igreja e Sociedade”, tem como discussão a importância da escola nas mudanças de que o mundo precisa. Tal destaque dado pela campanha evidencia a necessidade de integrar a educação nessas transformações, relação que, apesar de fundamental, não é tão expressiva na atualidade.

Em primeiro lugar, é preciso entender o real valor das instituições de ensino e como elas podem ajudar a resolver problemas do nosso tempo. Em um contexto de desigualdade, discriminação e crescimento da violência, começar mudanças pela escola não é só importante, mas essencial. Paulo Freire, importante educador e filósofo, já confirmou essa relevância quando afirmou que sem a educação a sociedade não muda. Entretanto, é fácil perceber que essa importância não é tão reconhecida e essa função da instituição é deixada de lado no nosso país.

Apesar de apontado como crucial por Freire, tal papel do ensino não é prioridade hoje. A era dos concursos, dos vestibulares, da valorização do ensino superior chegou às escolas, e tudo o que é dado em sala tem apenas um objetivo: a aprovação. Campanhas de arrecadação de alimentos, visitas a instituições e discussões focadas em direitos humanos não estão mais na agenda das aulas. Se não há incentivo a essas atividades, não há por que entender o valor do meio nas transformações sociais. As mudanças, então, não devem começar só pelas causas, mas também pela própria necessidade de se entender essa importância.

Fica claro, portanto, que, apesar de crucial, o papel transformador da educação não tem sido aproveitado no Brasil, sendo necessário não só entender essa relevância, mas também encontrar nas instituições ferramentas para essas ações. Nesse sentido, o Governo e a mídia podem trabalhar difundindo valores. Campanhas cobrando essa ação por parte da escola precisam ser divulgadas, evidenciadas nos meios de comunicação. Além disso, ONGs e a própria família, em conjunto, devem exigir o retorno de trabalhos sociais, de forma que, pouco a pouco, a frase de Paulo Freire realmente faça sentido e a Campanha da Fraternidade saia do cartaz, da própria Igreja e alcance todo o mundo.

Os riscos da crise de representatividade

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os riscos da crise de representatividade para a democracia brasileira**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

representatividade

substantivo feminino

1. qualidade de representativo.

2. qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome.

Disponível em: https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&es_th=1&ie=UTF-8#q=REPRESENTATIVIDADE

Texto 2



Disponível em: [http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20\(1\).jpg](http://www.rhbn.com.br/uploads/docs/images/images/sem%20partido%20(1).jpg)

Texto 3

Uma das poucas certezas é a de que vivenciamos uma crise de legitimidade das instituições e um profundo mal-estar com a democracia existente no país. O problema central, portanto, me parece ser o da falta de legitimidade das instituições de representação. Há um esgotamento e uma descrença nelas que não é específica do Brasil, mas das democracias representativas de uma maneira geral e especialmente em relação aos partidos políticos.

Existe assim uma crise da própria democracia representativa. Essencialmente, os cidadãos não se sentem representados nem pelos partidos e muito menos pelos governos. Uma crise da representação política, visível na descrença e desqualificação do parlamento, dos partidos e dos políticos, especialmente entre os jovens. Pesquisa do Instituto Data Popular publicada no dia 21/6/2013, com 1.502 pessoas entre 18 e 30 anos, em 100 cidades do país, revelou que 75% não confiam nos políticos, nem nos partidos (e 59% também não confiam na justiça).

Essa descrença explica, em grande parte, a ausência de partidos nas manifestações e quando presentes (pequenos partidos de esquerda, como PSTU e Psol), foram rejeitados e hostilizados. Houve conflitos em diversas cidades entre militantes de partidos, com suas bandeiras, e os manifestantes. Isso ocorreu também nas manifestações na Europa e na chamada “primavera árabe”. O que revela que o problema não é específico do Brasil, é mais geral, como disse o sociólogo espanhol Manuel Castells, estudioso dessas manifestações em várias partes do mundo e que publicou recentemente um livro “Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet” (Zahar Editora). Para ele, uma das características desses movimentos é a rejeição aos partidos, “há um desprezo geral aos partidos políticos”.

Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2013/07/02/as-manifestacoes-e-a-crise-da-representacao-politica-no-brasil/>

Texto 4





Modelo de redação

Todo poder ao povo

Poucos fatos integram tanto o imaginário nacional quanto o desinteresse político do brasileiro médio. Manifestado na piada, no esquecimento completo dos candidatos em que se votou na última eleição, no voto decidido na última hora, mas, sobretudo, na absoluta falta de esperança com o processo político, esse indiferença é, em si mesma, um sinal claro da crise de representatividade por que passa o sistema político. Tal problema, agudizado pelos inúmeros casos de corrupção, que destroem por completo a já pequena credibilidade dos agentes do Estado, oferece enormes riscos à democracia brasileira, os quais devem ser conhecidos e enfrentados.

Tenhamos em mente, antes de tudo, o que constitui o ideal de um modelo representativo. Concebido no início da Idade Moderna por autores como John Locke e vitorioso a partir da Revolução Francesa, o sistema é hoje a base do funcionamento de inúmeros Estados no mundo, em particular no Ocidente. Com efeito, toma-se na atualidade como um fato a ideia de que o poder emana do povo e que é, portanto, na qualidade de representantes que os agentes públicos exercem suas prerrogativas. Em suma, não é por terem recebido autoridade de Deus ou da natureza que governam, mas sim por meio do consentimento de seus súditos. A eleição de representantes pelo voto popular seria, assim, o mecanismo por excelência de transmissão do poder político.

Percebe-se, porém, que essa realidade admitida em teoria não é vivenciada na prática. De fato, na medida em que distingue representantes e representados, o sistema político moderno tende inevitavelmente a criar um fosso cada vez maior entre esses dois níveis. De um lado, está o povo, teoricamente soberano, que na prática só se envolve com a política de tempos e tempos, nas eleições. De outro, há os que, em tese subordinados a interesses e vontades do povo, vivenciam a política diariamente, inclusive naquilo que ela tem de mais escuso, angariando poder e meios para seus projetos pessoais. No longo prazo, o que se dá é uma cada vez mais intensa crise: o povo, que em teoria é o detentor do poder político, não se vê representado no modo como essa força é exercida pelos agentes públicos.

Portanto, não é difícil perceber as razões da crise de representação que se verifica no Brasil atualmente. Na verdade, mantendo os mesmos caminhos, a situação só tende a piorar, com uma concentração cada vez maior de poder nas mãos de partidos que nada dizem aos anseios do povo. Contemplando-se esse quadro de terror, a única saída possível consiste em radicalizar a ordem democrática, fortalecendo os mecanismos de democracia direta, tais como os plebiscitos e referendos, o que pode ser conseguido com o apoio da mídia e com uma pressão da própria sociedade, já educada nos moldes da representatividade, sobre o Poder Público. Só com a concentração do máximo de decisões possíveis na atuação direta do povo e não de burocratas eleitos é que o “governo do povo” poderá ganhar autêntico significado no Brasil.

Mobilidade urbana no século XXI: o ir e vir em questão na sociedade brasileira

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Mobilidade urbana no século XXI: o ir e vir em questão na sociedade brasileira**, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Os movimentos e protestos populares a que o Brasil assistiu nos meses de junho e julho de 2013 trouxeram à tona a questão da mobilidade urbana e da acessibilidade, que está implicada (e diretamente) na formação e construção da identidade do indivíduo. Chaves na sociabilização dos habitantes de uma cidade, elas propiciam o acesso a seus recursos mais importantes: o capital social, cultural e econômico.

Assim, o direito à cidade é um dos direitos maiores das sociedades modernas. Uma das condições decisivas para que a acessibilidade aos bens urbanos se efetive é a mobilidade urbana, algo que vai além de transportes e da mera funcionalidade da cidade.

A mobilidade urbana não deve ser pensada apenas pelo viés técnico, como área de domínio dos engenheiros especializados, pois não se trata apenas de ofertar meios de transporte para uma demanda de circulação, instalando equipamentos e tecnologias. É a cidade que precisa ser pensada em conexão com a questão da mobilidade e, de fato, isso não ocorre no Brasil.

Uma questão-chave que precisa ser compreendida: a cidade condiciona as formas de mobilidade, como as condições de mobilidade influem sobre a

cidade. Conectar as dimensões nos leva a perguntar: que mobilidade para qual tipo de cidade? A forma da cidade, morfologia urbana, não pode ser abstraída quando se pensa a mobilidade urbana. Mas, por incrível que pareça, tudo o que acompanhamos sobre as questões relativas à mobilidade urbana das cidades brasileiras ignora essa relação.

Disponível em: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/157>.

Texto 2



Texto 3

O trânsito se tornou uma das maiores dores de cabeça para a população. O acúmulo de veículos nas ruas causa prejuízos, estresse, acidentes e poluição, e tende a piorar nos próximos anos, caso não sejam adotadas políticas mais eficientes.

O problema agravou-se nas últimas décadas graças à concentração de pessoas nas cidades, à falta de planejamento urbano, aos incentivos à indústria automotora e ao maior poder de consumo das famílias. Isso tudo provocou o que os especialistas chamam de crise de mobilidade urbana, que acontece quando o Estado não consegue oferecer condições para que as pessoas se desloquem nas cidades.

Segundo o relatório “Estado das Cidades da América Latina e Caribe”, 80% da população latino-americana vive em centros urbanos e 14% (cerca de 65 milhões) habita metrópoles como São Paulo e Cidade do México. Ocorre que esse aumento contínuo da população urbana não foi acompanhado de políticas

de urbanização e infraestrutura que resolvessem questões como moradia e transporte.

A má qualidade do transporte público e o incentivo ao consumo faz a população optar pelo transporte individual. De acordo com o Observatório das Metrôpoles, a frota de veículos nas metrôpoles brasileiras dobrou nos últimos dez anos, com um crescimento médio de 77%. Os dados revelam que o número de automóveis e motocicletas nas 12 principais capitais do país aumentou de 11,5 milhões para 20,5 milhões, entre 2001 e 2011. Esses números correspondem a 44% da frota nacional.

Trecho disponível em <http://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/mobilidade-urbana-como-solucionar-o-problema-do-transito-nas-metropoles.htm>

Texto 4



Modelo de redação

Aumento nas tarifas. Superlotação. Veículos sem manutenção. Acessibilidade precária. Trânsito caótico. Contrariando a Constituição Federal, que tem como uma de suas garantias fundamentais o direito de ir e vir aos cidadãos, a mobilidade urbana no Brasil apresenta diversas falhas no que diz respeito à qualidade dos serviços oferecidos, ampliando significativamente a insatisfação das pessoas dependentes desses meios de transporte.

Primeiramente, é possível apontar que essa defasagem social contribui para o crescimento ascendente do número de veículos particulares nas ruas, já que a população insatisfeita enxerga vantagens em um meio de transporte próprio. Entretanto, essa alternativa promove um trânsito caótico com engarrafamentos quilométricos, porque mesmo os grandes centros não estão estruturados – apresentam má sinalização e iluminação, buracos nos asfaltos, altos índices de violência – para suportar esse fluxo desordenado de carros, motos e ônibus. Em São Paulo, por exemplo, há um esquema de rodízio de veículos para tentar

amenizar esses problemas, mas ainda assim é uma medida insuficiente.

Outro ponto negativo dessa realidade é a dificuldade de locomoção que os portadores de necessidades especiais enfrentam, visto que a acessibilidade está diretamente ligada à mobilidade urbana: não há acesso se não há planejamento e aplicação de medidas inclusivas. Dessa forma, fica claro que essa insuficiência afeta a população em vários níveis, chegando até mesmo a provocar, por exemplo, males advindos do estresse, segregação e acidentes. Isso acontece porque não há conforto nem comodidade nos veículos que na maioria das vezes estão superlotados e as viagens duram períodos cada vez mais longos.

Diante disso, é essencial que o Governo aplique as verbas destinadas aos transportes na sua manutenção e acessibilidade e invista em projetos de mobilidade urbana e obras nas cidades, garantindo assim uma reestruturação e adaptação dos meios e demais vias de locomoção. Cabe à sociedade ficar atenta ao que é seu por direito e não esquecer o que as “Manifestações dos 20 centavos” representaram, reivindicando perante as autoridades responsáveis justiça nas taxas e prestações desses serviços, fazendo valer o que está escrito na Constituição.

23

A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

Como sabemos, e como já foi referido, são inúmeros os obstáculos existentes para os deficientes, sendo a inclusão escolar uma das grandes barreiras no nosso país. “Uma escola para todos e para cada um” é um grande objetivo a cumprir para a inclusão. Uma escola que acolhe as diferenças, que colabora (...) será um bom princípio para combater a exclusão social. Dividir a escola em termos de alunos “normais” e alunos “deficientes” não é certamente um princípio inclusivo e o objetivo pretendido.

O caminho para termos uma sociedade incluída será, provavelmente, aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade num ambiente comunitário e diverso.”
Texto adaptado.

Disponível em: <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=117711808>

Texto 2

16. Financiamento Público para Ações de Inclusão

16.1 – Há alguma linha de financiamento público federal voltado para programas de inclusão com pessoas de deficiência?

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS), disponibiliza recursos para financiar os programas empresariais.

16.2 – Quais são os itens financiáveis?

Obras civis e adaptação física de instalações, equipamentos especiais, ajudas técnicas – próteses, órteses, equipamentos, elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, equipamento e material pedagógico especial, maquinaria e utensílios de trabalhos especiais -, capacitação de pessoal para convívio no trabalho com as PPD, capacitação das PPD para assumirem postos de trabalho e consultoria técnica para a realização dos projetos e atividades. As informações podem ser encontradas na página do BNDES na internet: <http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/pais.asp>.”

Inclusão das pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.
Ministério do Trabalho e Emprego, 2007

Texto 3

Janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei

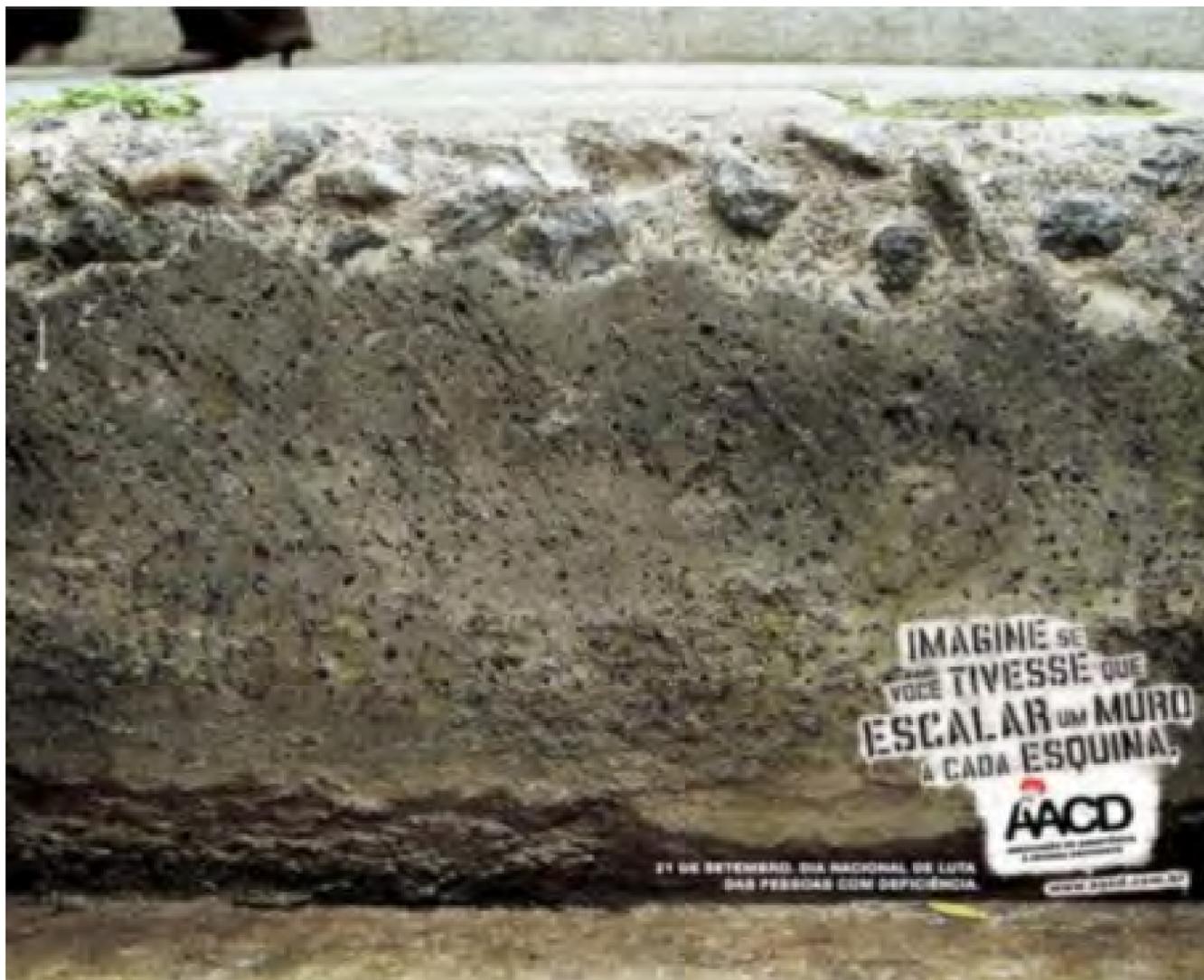
A semente da LBI foi lançada no Congresso Nacional, 15 anos atrás, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT-RS). Ao chegar ao Senado, ele reapresentou a proposta, que acabou resultando na Lei 13.146/2015. A tramitação na Câmara possibilitou à relatora, deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), ajustar o texto original às demandas dos movimentos sociais e aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186/2008), que recomendava a eliminação de qualquer dispositivo que associasse deficiência com incapacidade.

— A LBI foi um grande avanço. Agora, entramos em um período de ajustes. O ideal é criar uma cultura de inclusão e derrubar barreiras que ainda existem. Ao se exercer os direitos previstos na lei, devem surgir casos de punição por discriminação e isso vai ter um efeito cultural e pedagógico positivo — comentou o consultor legislativo da área de Cidadania e Direitos Humanos do Senado, Felipe Basile.

As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. A seguir, destacam-se alguns dos avanços fundamentais para a conquista da autonomia na causa da deficiência.

Capacidade civil	Garantiu às pessoas com deficiência o direito de casar ou constituir união estável e exercer direitos sexuais e reprodutivos em igualdade de condições com as demais pessoas. Também lhes foi aberta a possibilidade de aderir ao processo de tomada de decisão apoiada (auxílio de pessoas de sua confiança em decisões sobre atos da vida civil), restringindo-se a designação de um curador a atos relacionados a direitos de ordem patrimonial ou negocial.
Inclusão escolar	Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio. Proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.
Auxílio-inclusão	Criou benefício assistencial para a pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado de trabalho em atividade que a enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social.
Discriminação, abandono e exclusão	Estabeleceu pena de um a três anos de reclusão, mais multa, para quem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.
Atendimento prioritário	Garantiu prioridade na restituição do Imposto de Renda aos contribuintes com deficiência ou com dependentes nesta condição e no atendimento por serviços de proteção e socorro.
Administração pública	Incluiu o desrespeito às normas de acessibilidade como causa de improbidade administrativa e criou o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico que irá reunir dados de identificação e socioeconômicos da pessoa com deficiência.
Esporte	Aumentou o percentual de arrecadação das loterias federais destinado ao esporte. Com isso, os recursos para financiar o esporte paralímpico deverão ser ampliados em mais de três vezes.

Texto 4



Disponível em: Disponível em: http://www.ccsp.com.br/site/peca_agencia/27188/Imagine-se-voce-tivesse-que-escalar-um-muro-a-cada-esquina



Modelo de redação

Desde as civilizações medievais até os povos indígenas mais recentes, existia uma cultura de exclusão e abandono de crianças que possuíam algum tipo de deficiência. Elas eram entendidas como um mau sinal, vindo de um castigo dos deuses ou de forças superiores. Embora ainda haja muito preconceito acerca dessa minoria, há no Brasil ações que buscam a inclusão dos deficientes na sociedade, visto que o número de pessoas com algum tipo de deficiência ultrapassa populações inteiras de países como Chile e Holanda.

Em uma primeira análise, percebe-se que o esporte é um excelente método inclusivo. Prova disso é a excelente campanha histórica da delegação brasileira nos Jogos Paralímpicos de Londres em 2012, em que foram conquistadas vinte e uma medalhas de ouro, desempenho sete vezes melhor em comparação às conquistas nas Olimpíadas. Acontecimentos dessa natureza trazem como consequência maiores investimentos em projetos esportivos voltados para pessoas com necessidades especiais, principalmente após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ter sido sancionada pelo Governo em 2015, comprovando a eficácia das práticas esportivas como forma de integração social.

Além do aspecto esportivo, a área da educação também surge como forma

eficiente de inserção. Neste sentido, as escolas e universidades estão adotando posturas inclusivas em salas de aula, como por exemplo, o ensino obrigatório de LIBRAS (linguagem brasileira de sinais) em qualquer curso de licenciatura. Somado a isso, algumas escolas particulares, em busca de um maior abraçamento dos alunos deficientes, contratam tutores para auxiliar esses estudantes, juntamente com o apoio do professor. A escola costuma ser um dos mais importantes ambientes de socialização, por conseguinte, deve ser democrático e igualitário incorporando a todos os seus frequentadores, sem distinção.

Torna-se claro, portanto, que o meio esportivo e o campo educacional são de extrema importância para a inclusão dos cidadãos com deficiência. Sendo assim, o governo deve investir em projetos gratuitos para deficientes, por meio da criação de centros esportivos e culturais, além de melhorar a acessibilidade urbana para que todos desfrutem dos espaços sociais, garantindo o respeito e a igualdade de direitos. Ademais, as escolas precisam capacitar os profissionais de educação, por meio de cursos específicos, para que lidem de forma adequada com as crianças debilitadas fisicamente. Por fim, a mídia deve cumprir plenamente sua função social, desmistificando a deficiência física através de propagandas e ficção engajada a fim de erradicar o preconceito e promover na sociedade uma consciência inclusiva. Outras medidas devem ser tomadas, mas, como disse Oscar Wilde, “o primeiro passo é o mais importante na evolução de um homem ou nação”.

24

Os efeitos do uso de substâncias estimulantes no século XXI

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **Os efeitos do uso de substâncias estimulantes no século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

O mundo do UFC foi sacudido, no final da noite desta terça-feira, pela divulgação do resultado positivo de um exame antidoping de Anderson Silva, realizado pela Comissão Atlética do Estado de Nevada. O ex-campeão dos médios foi pego por uso de drostanolona, cujos metabólitos foram detectados em um teste de urina.

A revelação do doping ocorreu apenas três dias depois de o brasileiro vencer Nick Diaz por pontos, no UFC 183, em Las Vegas, nos Estados Unidos. Os testes foram realizados nos dias 9, 19 e 31 de janeiro, mas apenas no primeiro foram encontradas substâncias proibidas. Além da drostanolona, também foi detectada a substância androsterona, um outro esteroide que é usado via oral. Por tudo isso, é possível que a luta, vencida pelo brasileiro, seja declarada como “sem resultado”. O atleta pode receber um gancho de nove meses pelo doping.

No ano passado, em entrevista ao site MMA Junkie, Anderson falou sobre doping no esporte. “Essa questão não é só ruim para mim, mas para o esporte em geral. Todo mundo ama o UFC, crianças, famílias e, com caras sendo pegos usando esteroides, isso é um problema. Quando pessoas testam positivo, não deviam mais lutar. Quem usa, faz por um bom tempo e mostra que tem um problema. Mas esteroide é uma droga e nunca uma droga pode ser boa para o esporte”, afirmou na ocasião.

Nick Diaz, que já teve outro caso de doping na carreira, também foi pego por uso de maconha após a luta do último sábado. A polêmica se dá em um momento que o UFC lida com outros casos de doping, como o do campeão dos meio-pesados Jon Jones, que em exame foi pego por uso de cocaína.

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/noticias/anderson-silva-e-pego-em-exame-antidoping>. Acesso em 12 fev 2015 (Adaptado).

Texto 2

ONas escolas de segundo grau dos EUA, a pressão por boas notas e a concorrência por vagas em universidades estão incentivando estudantes a abusar de estimulantes vendidos com receita médica. Os adolescentes dizem que obtêm os estimulantes de amigos, os compram de traficantes, também estudantes, ou falsificam sintomas para que médicos lhes dêem receitas médicas.

“Isso acontece em todos os colégios particulares daqui”, comentou a psicóloga novaiorquina DeAnsin Parker, que atende adolescentes de bairros de alto padrão como o Upper East Side de Manhattan. “Não é como se houvesse apenas um colégio com esse problema. Esse é o padrão.”

A DEA (o órgão dos EUA responsável pela repressão e o controle de drogas)

classifica estimulantes vendidos com receita médica como substâncias controladas de “Classe 2” – a mesma da cocaína e morfina -, que têm utilização médica, mas que provocam dependência. Esses estimulantes também encerram altos riscos legais: poucos adolescentes compreendem que dar um comprimido de Adderall ou Vyvanse a um amigo é o mesmo que vendê-lo e pode ser qualificado como crime.

Esses medicamentos tendem a acalmar as pessoas com transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH). Já para aquelas que não apresentam a síndrome, apenas um comprimido pode lhes dar energia e concentração suficientes para uma noite inteira de estudo na véspera de uma prova. “É como se o remédio estudasse por você”, disse William, que se graduou recentemente no colégio Birch Wathen Lenox, no Upper East Side.

Mas o abuso de estimulantes pode levar à depressão e a mudanças repentinas de humor (decorrentes da privação de sono), taquicardia e exaustão aguda ou psicose durante a abstinência, dizem médicos. Psicólogos que trabalham com dependentes químicos dizem que, para alguns adolescentes, os comprimidos conduzem ao abuso de analgésicos e soníferos.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/50768-a-ascensao-da-pilula-da-boa-nota.shtml>. Acesso em 13 fev 2015 (Adaptado).

Texto 3



Disponível em: <http://complexogeek.com/wp-content/uploads/2012/04/0135.jpg>
Acesso em 13 fev 2015.



Modelo de redação

O engodo do imediatismo

A questão da utilização de substâncias estimulantes com o fim de promover o aumento do desempenho físico não é recente. Nunca, ao longo de todo o percurso do esporte, houve tanto consumo de drogas, principalmente por praticantes de esportes que exigem grandes esforços e bom condicionamento físico. De modo paralelo, observamos na população em geral o uso descontrolado de medicamentos e drogas estimulantes com a finalidade de potencializar ao máximo as funções cognitivas.

Nos anos de 1980, houve um considerável aumento na prática de exercícios físicos, que provocou uma grande busca por academias de ginástica. A valorização da aparência dos músculos desenvolvidos ou com hipertrofia, até mesmo nas mulheres, passou a ter um patamar positivo e a ser divulgada pela mídia. Assim, vemos, hoje, um comércio paralelo que disponibiliza drogas anabolizantes, o qual é frequentemente denunciado em reportagens jornalísticas. A busca incessante por um corpo perfeito e, às vezes, o pouco conhecimento dos frequentadores de academia mantém esse comércio clandestino em crescimento.

Outrossim, observa-se na sociedade um grande aumento da ingestão de medicamentos que possam potencializar o raciocínio e melhorar o desempenho nas atividades exercidas. O uso dessas drogas representa a falência do esforço e a ode à preguiça, já que as substâncias praticamente agem de forma a maximizar, de maneira independente do usuário, a capacidade de pensar e agir. Pesquisas científicas mostram as reações acima da média produzidas pelo organismo, que produz esforços consideráveis. Porém, ao parar de ingerir, há uma notável falta de energia levando à depressão, o que também é negativo, pois as ações cotidianas que eram normalmente feitas são prejudicadas.

No mundo dos imediatismos e das soluções na palma da mão, o ludíbrio do cérebro surge como mais uma ferramenta na solução rápida das adversidades, deixando de lado a própria autonomia como ser humano e provocando até um sentimento enganoso de poder. Portanto, para que esse problema seja minimizado ou até mesmo erradicado, tanto no meio social quanto no esportivo, é necessário que os profissionais de saúde e da educação física devam banir o uso de drogas relacionado com o máximo rendimento de atletas ou com fins estéticos. As drogas só devem ser utilizadas somente por indicação médica consciente. O uso dessas substâncias, quando constatado, deve ser denunciado aos conselhos competentes, para que a punição seja executada.

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **As redes sociais como meio de ativismo**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto 1



Texto 2

O que é ciberativismo?

É uma forma de ativismo pela internet, também chamada de ativismo online ou digital, usada para divulgar causas, fazer reivindicações e organizar mobilizações.

“É uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos”, diz o professor de comunicação da Universidade Federal Fluminense Dênis de Moraes em seu texto O Ativismo Digital, divulgado, claro, na internet. Usado principalmente por ONGs e entidades civis, o ciberativismo é uma alternativa mais democrática e acessível do que os meios de comunicação de massa tradicionais e pode ser praticado por qualquer pessoa que tenha acesso à internet. E de várias formas. Você pode participar de fóruns e grupos de discussões, mandar e-mails a representantes políticos exigindo providências sobre determinada questão, assinar abaixo-assinados online cobrando de empresas e autoridades o cumprimento dos direitos do consumidor (...), apoiar a causa dos direitos humanos e defesa de minorias (...) e até mesmo criar blogs para divulgar essas e outras causas, como o combate à corrupção, a conservação da natureza e a propagação da cultura de paz. (...) No fim de 2006, por exemplo, a caixa postal do senador mineiro Eduardo Azeredo foi inundada por e-mails contrários ao projeto de lei que obrigava a identificação dos usuários de internet antes de iniciar qualquer operação que envolvesse interatividade. A mobilização surtiu resultado e o projeto acabou sendo arquivado.

Disponível em: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_281598.shtm

Texto 3

O apoio a causas pela internet motiva ações no mundo real? Segundo uma pesquisa da Universidade de British Columbia, no Canadá, esse tipo de manifestação on-line pode ter, na verdade, um efeito inverso. Segundo o estudo, a sensação de dever cumprido provocada pelo clique no botão “curtir” estimula as pessoas a deixarem de lado ações mais significativas, como doar dinheiro a instituições ou se engajar de fato em um trabalho voluntário.

O objetivo dos cientistas era investigar um fenômeno que ainda gera controvérsias entre estudiosos, conhecido como slacktivism. O termo em inglês, surgido em 1995, é formado pelas palavras slack (preguiçoso, negligente) e activism (ativismo). Na época, a expressão se referia às atividades feitas por jovens na internet para afetar a sociedade de forma progressiva. Atualmente, porém, é usada para definir atos de apoio que têm como único resultado real a satisfação pessoal de quem constrói uma falsa imagem de engajamento sem fazer muito esforço.

Na investigação, os pesquisadores canadenses conduziram uma série de testes para verificar se, após demonstrarem apoio a uma instituição, as pessoas se sentiam mais ou menos dispostas a doar dinheiro a essa entidade. No mais significativo deles, um grupo de voluntários ganhou broches para mostrar apoio aos veteranos de guerra. Enquanto uma parte era convidada a usar o

bottom, a outra era orientada a não exibi-lo. Depois, todos os participantes foram convidados a fazer uma doação. Entre os que ganharam as peças, mas não a penduraram na roupa, o índice de contribuição foi bem mais alto; já os que ostentaram o símbolo não doaram muito mais do que as pessoas que não receberam brinde.

Disponível em: http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2013/11/28/noticia_saudeplena,146533/apoio-a-causas-em-redes-sociais-produz-sensacao-de-dever-cumprido.shtm

Texto 4

Um indício de que o fascínio com o poder das redes sociais para divulgação de temas políticos poderia estar sendo exagerado vem do fato de que os milhões de usuários que recobriram a foto de seu perfil com as cores do movimento gay representam menos de 2% das contas do Facebook (no Brasil, a porcentagem não é divulgada) – e quem viu a maior parte dos amigos trocar a imagem pode estar simplesmente associado a mais pessoas que são favoráveis ao casamento gay.

Para o professor de comunicação política Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no entanto, isso não é motivo para desprezar a força do ativismo on-line. “Primeiro, porque não é verdade que as pessoas só convivam com iguais nas redes. Se fosse assim, não haveria a ‘trolagem’, não haveriam confrontos. E também porque as pessoas não são monolíticas: podem concordar com uma opinião de seus amigos, mas não com outras”, diz.

Convivendo com pessoas que pensam diferente e que exibem, às vezes em grandes grupos, simultaneamente, a mesma posição, torna-se mais provável que as pessoas passem a refletir mais sobre um tema – ou porque não tinham pensado nele, ou porque começam a admitir que o argumento dos amigos é válido. Ou até por questões psicológicas, conforme diz o professor Jamil Marques, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Temos sempre medo de ficarmos isolados, e às vezes isso pode nos fazer rever posições”, diz.

Marques reforça o que disse o filósofo Kwame Anthony Appiah, de Princeton. Em seu livro *O Código de Honra*, Appiah afirma que muitas revoluções morais se dão porque as pessoas que resistem à mudança, com o tempo, passam a se sentir ridicularizadas. Ele cita o exemplo dos chineses que obrigavam as mulheres a deformar os pés para que ficassem artificialmente pequenos. Quando a convivência com os ocidentais aumentou, o costume foi abolido para que a China não ficasse mal no cenário internacional.

Por outro lado, afirma o cientista político Sérgio Braga, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o ativismo, somado aos algoritmos das redes sociais, podem também levar as pessoas não a mudar suas posições, mas a recrudescer a divergência. “Esse é um risco real da internet. Criar intolerância com quem pensa diferente”, diz

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-ativismo-de-facebook-funciona-a2gv7jl59b5zl930qlb1uzep>



Modelo de redação

Sabe-se que as redes sociais facilitam, de maneira abrangente, o contato entre as pessoas. A ferramenta transformou-se em um importante meio para a divulgação de trabalhos, reencontro de velhos amigos, expressão de ideologias e reunião de pessoas em prol de um mesmo motivo como passeatas e protestos, que têm ocorrido em grande escala ultimamente. Há, porém, um problema que se destaca: em um cenário de ativismo virtual, presencialmente o povo parece permanecer inerte, o que impede, de certa forma, a existência de manifestações concretas e com efeitos importantes para o mundo contemporâneo.

Além de passeatas como “Orgulho GLBTS” ou movimentos raciais, grande número desses eventos tem ocorrido no Brasil em razão de problemas políticos, organizados, geralmente, por meio de redes sociais, alcançando uma união de proporções grandiosas. Se comparados a eventos como as “Diretas Já”, que reuniu cerca de 1,5 milhão de pessoas, ou o “Fora Collor”, que reuniu cerca de 10 mil, verifica-se que os números atuais são muito maiores. O “Fora Dilma”, segundo seus organizadores, contou com a presença de 6,9 milhões de pessoas; a “Marcha das Vadias”, que protestava contra a crença de que as mulheres, vítimas de estupro, teriam provocado a violência por meio de seus comportamentos, ocorreu em todo o mundo e, apenas em Toronto, Canadá, contou com 3 mil participantes.

Entretanto, o ativismo virtual, muitas vezes, dá espaço às ruas desertas, sem manifestantes e, principalmente, sem organização. Nas palavras do sociólogo Manuel Castells, uma vez que “não basta apenas criticar na internet, é necessário que o movimento seja visível”, a inércia do indivíduo que só se revolta online não é saudável para os movimentos sociais. Um exemplo disso está nas próprias manifestações próximas à votação do impeachment da presidente: o movimento das redes sociais era imensurável; a presença nas ruas, porém, era mínima. Diante desse quadro, é importante propor medidas que não só alavanquem esses movimentos, mas também levistem os ativistas das cadeiras de seus computadores e os levem às manifestações reais.

Torna-se evidente, portanto, que, apesar de ser uma grande ferramenta nas reivindicações populares, a internet pode ajudar a desorganizar movimentos, mantendo sua ineficiência. Para resolver esse problema, a mídia e as ONGs, em parceria, podem trabalhar em comerciais de TV, programas, debates e campanhas a necessidade de o povo se manifestar presencialmente, lutando pelos seus direitos com propostas e movimentos concretos. Além disso, em um contexto de nascimento de indivíduos já conectados à internet, a escola pode trabalhar, em discussões e aulas temáticas, a necessidade de se sair às ruas e lutar por direitos, o que já existe no Brasil, mas, buscando resultados objetivos, precisa ser muito maior.